



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 679 - DE 11 DA 25 DE DEZEMBRO DE 2022 - R\$ 5,00

GUERRA NA UCRÂNIA

Biden não quer a paz, mas sim a capitulação da Rússia

**SOMENTE A CLASSE OPERÁRIA, UNIDA
E EM LUTA, PODE ACABAR
COM A GUERRA DE DOMINAÇÃO**

**Lula dá os primeiros sinais
de subordinação de seu governo
ao imperialismo norte-americano**

**Pôr em pé uma oposição revolucionária
ao novo governo burguês do PT e da frente ampla
Em defesa do programa próprio da classe operária
e dos demais explorados**

**Lutemos pela independência política e organizativa
dos sindicatos e dos movimentos populares**

GOLPE NO PERU

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

Construir o Partido Operário Revolucionário

A farsa de Biden sobre a paz

Somente a classe operária mobilizada e unida pode dar um fim à guerra de dominação

Diante do descontentamento de parte dos governos europeus e das greves que ganharam projeção nos marcos da União Europeia, Biden se referiu a uma certa disposição de discutir com Putin a possibilidade de um acordo de paz. Mas, a abertura de um “diálogo diplomático” depende da decisão do governo russo de retirar suas tropas da Ucrânia. O que significaria colocar a paz nas mãos do imperialismo e, assim, capitular. Essa farsa foi proferida ao lado do presidente da França, Emmanuel Macron, que se encontrava nos Estados Unidos.

Era mais do que previsível que Putin veria com desdém a declaração de Biden. O que, de certa forma, se passou com os governos da Alemanha e França, mais próximos dos Estados Unidos e mais influentes, depois da Inglaterra, na aliança montada para suprir e sustentar a resistência do governo ucraniano. O motivo é bem conhecido. A União Europeia está arcando com o maior peso da crise econômica que se aprofundou com a guerra, dando seguimento aos desastres provocados por dois anos de Pandemia.

A prepotência de Biden em propor que Putin retirasse as tropas russas da Ucrânia soou o contrário da procura de um caminho para pôr fim ao confronto, que já adentrou nove longos meses. Na realidade, os Estados Unidos tudo têm feito para prolongar a guerra, que vem despedaçando a Ucrânia. Desde o início da conflagração, ficou visível que a maior potência imperialista estava interessada em empurrar a Rússia à guerra, e fazer do povo ucraniano bucha de canhão.

A guerra e as sanções econômico-financeiras aplicadas pelos Estados Unidos agravaram a crise mundial, em particular na Europa. No entanto, os monopólios norte-americanos estão obtendo grandes lucros, principalmente os da indústria armamentista e da energia. Acabaram sendo impostas à Europa restrições na comercialização do petróleo e gás russos, o que obrigou os países mais dependentes do fornecimento russo a comprarem gás natural liquefeito, proveniente da extração do xisto, a um preço muito mais elevado.

A repercussão no custo de vida causa maior pressão dos explorados sobre os governantes, que, mal respiraram com o controle da pandemia, se lançaram no esforço de guerra, para apoiarem a causa norte-americana, e levarem o povo ucraniano à condição de bucha de canhão.

É reconhecido que, desde a crise de 2014 que abalou a Ucrânia, o imperialismo norte-americano se colocou por elevar o conflito com a Rússia e apertar o cerco da OTAN. Vozes no Partido Social-Democrata da Alemanha começam a questionar mais incisivamente a “aliança transatlântica”, que sustenta a guerra e favorece economicamente apenas os Estados Unidos. É sintomático que o encontro de Macron com Biden tenha servido para o presidente norte-americano lançar o balão de ensaio de estabelecimento de uma “diplomacia de paz”, e o presidente francês reclamar do protecionismo dos Estados Unidos.

A previsão de que esse caminho poderá “dividir o Ocidente” foi um alerta de que a burguesia europeia está apreensiva

por ter de arcar com os custos da guerra e, ainda por cima, ter de sofrer as restrições protecionistas vindas justamente de seu aliado. A “Lei da Redução da Inflação” de Biden serve de cobertura a bilionários subsídios a setores industriais, que concorrem com os europeus, a exemplo dos carros movidos a energia elétrica. A previsão da França é que poderá ocorrer um grande deslocamento de indústria para os Estados Unidos. Nota-se que, sob a máscara do enfrentamento aos desequilíbrios climáticos, recrudescer a guerra comercial.

Nessa mesma linha, vem manifestando-se a Alemanha. No encontro do chanceler Olaf Sholz com Xi Jinping, foi colocada a questão da paz e da guerra comercial. Em ambos os casos, no centro da crise, estão os Estados Unidos, que necessitam defender-se do declínio econômico, e manter sua poderosa hegemonia, constituída na e após a Segunda Guerra Mundial. O encontro de Macron com Biden, e o de Sholz com Jinping, bem como o aceno da França e da Alemanha para que se encontre uma forma de se iniciar negociações sobre a paz, indicam que os governos europeus se veem em grandes dificuldades econômicas, e sob crescente pressão do movimento grevista, embora ainda limitado às reivindicações econômicas.

Os Estados Unidos, no entanto, continuam com a estratégia e a política de prolongar a guerra, ampliar a escalada militar, expandir o raio de ação da OTAN para Ásia e América Latina. A guerra comercial permanece ditando o curso da crise mundial. Nesse exato momento, agudiza-se a disputa pelo controle da indústria dos chips. O objetivo de Biden, de esvaziar o controle de Taiwan sobre esse estratégico e valioso produto, vem cumprindo-se, à custa de fartos subsídios. No centro da guerra comercial, se encontram as novas tecnologias, que os Estados Unidos não podem partilhar, principalmente, com a China.

Na medida em que se potencia a guerra comercial, avançam as tendências bélicas, impulsionadas pelo imperialismo. A guerra na Ucrânia expressa uma confluência de forças econômicas, que se chocam com as fronteiras nacionais e regionais. Eis por que os Estados Unidos estão obrigados a ir fundo no choque com a Rússia, e preparar as condições para um enfrentamento militar com a China. É nesse marco, porém, que crescerão as pressões europeias para se estabelecer a “diplomacia da paz”. A presença dos explorados com as greves é o fator decisivo. É na luta de classes que germinará uma possível paz progressiva, que, para isso, não poderá estar na dependência dos Estados Unidos, da OTAN e de qualquer imposição imperialista.

Eis a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) contra a guerra de dominação: fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.

Encontro de Lula com um representante do governo de Biden

O vivo interesse dos Estados Unidos pelas eleições no Brasil se manifestou mais claramente diante da contestação de Bolsonaro às urnas eletrônicas. Biden orientou sua Embaixada a apoiar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a decisão do Congresso Nacional em rejeitar o retorno do voto impresso. Bolsonaro acabou sendo isolado internacionalmente em seu objetivo contestatório.

É sabido que, nas condições em que se realizaram as eleições, Biden ficou mais propenso a Lula do que a Bolsonaro, que se havia perfilado por trás de Trump. Nesse caso, coincidiram os interesses gerais do imperialismo norte-americano com os interesses particulares da política dos democratas.

A experiência dos dois mandatos de Lula foi mais do que suficiente para o governo dos democratas ter a segurança de que essa era a melhor solução para a crise por que passa o Brasil e para a estratégia dos Estados Unidos diante do desenvolvimento da crise mundial. A melhor variante seria a vitória da candidatura da terceira via, de Simone Tebet. Não sendo possível, Biden não poderia se colocar do lado do Bolsonaro republicano-trumpista, em detrimento ao Lula democrata-obamista.

Lula e seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, prestaram um grande serviço ao governo Barack Obama dos Estados Unidos, aceitando comandar a mal denominada “força de paz” da ONU (Minustah) de intervenção no Haiti, criada em setembro de 2004, e concluída em abril de 2017. Como se vê, foram longos anos de tormento ao povo haitiano, considerado pelo imperialismo como incapaz de resolver seus próprios problemas. Os militares brasileiros, sob o comando do general Augusto Heleno, que se tornou mais tarde um homem forte no governo de Bolsonaro, arcou com a enorme responsabilidade pela brutal repressão e massacres nesse país

semicolonial e extremamente atrasado, quanto à economia e ao desenvolvimento social.

É bom recordar esse acontecimento, uma vez que, coincidentemente, Lula volta ao poder no momento em que Biden precisa do Brasil, para repetir a façanha da prepotente força de paz dos comitérios dos EUA-ONU. O encontro do

como máscara para o intervencionismo econômico. Lula se valeu dos conflitos econômicos e sociais no espaço amazônico para levantar a bandeira eleitoral de proteção climática. Veio ao encontro dos interesses das potências, que mal escondem seus objetivos comerciais, que estão na base das mudanças de matrizes energéticas.

Tudo indica que o governo de frente ampla deve adaptar-se às ações do imperialismo, comandadas pelos Estados Unidos. O que deve ser denunciado para a classe operária e os demais explorados, que terão de se libertar da política de conciliação de classes do PT, da sua coligação de esquerda e da burocracia sindical.

conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, com Lula, aqui no Brasil, trouxe à tona o passado de colaboração do governo brasileiro com o intervencionismo no Haiti. Isso nas condições em que está posta uma nova investida do imperialismo no país caribenho.

A avaliação dos Estados Unidos e da ONU é que Lula prestou um grande serviço ao intervencionismo imperialista, vestido de missão de paz. Nesse sentido, pode repetir a colaboração.

Um outro ponto da missão Sullivan diz respeito ao alinhamento do Brasil diante da guerra na Ucrânia e do conflito com a China, ambos promovidos pelos Estados Unidos e aliados europeus. Biden vem impulsionando a escalada militar mundial. O seu braço armado na Europa, a OTAN, ultrapassou esse limite, e avança rumo à Ásia. A América Latina está em seus cálculos. Nada se comentou sobre o uso da base de Alcântara, mas, sem dúvida, faz parte dos planos do imperialismo norte-americano usá-la para fins militares.

A Amazônia, por sua vez, ganha nova estatura para os interesses dos Estados Unidos, que, sob Biden, impulsiona a questão climática, evidentemente

Depois dessa “visita” de Sullivan, aguarda-se a ida de Lula aos Estados Unidos, para um encontro com Biden. O governo norte-americano conta com as debilidades políticas do governo de Lula, que tem pela frente uma grave crise econômica e social para administrar.

Tudo indica que o governo de frente ampla deve adaptar-se às ações do imperialismo, comandadas pelos Estados Unidos. O que deve ser denunciado para a classe operária e os demais explorados, que terão de se libertar da política de conciliação de classes do PT, da sua coligação de esquerda e da burocracia sindical.

As bandeiras anti-imperialistas e de defesa da soberania nacional poderão ganhar maior visibilidade para a maioria oprimida, que carrega nas costas o saque promovido pelas potências imperialistas, e paga caro pelas travas impostas, de fora para dentro do País, ao desenvolvimento de suas forças produtivas. Faz parte dessa tarefa a luta no seio dos explorados para que encarnem um programa próprio de reivindicações, e despertem sua compreensão para a necessidade de organizar-se no campo da independência política, diante do governo Lula, dos partidos da burguesia e do Estado capitalista.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Primeira negociata de Lula com o Congresso Nacional oligárquico

O gabinete de transição, liderado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, apresentou a chamada PEC da Transição, que permite um gasto acima da regra do teto orçamentário, no valor de R\$ 200 milhões. Após fervorosas negociatas com os partidos que controlam o Congresso Nacional, o Senado aprovou um valor de R\$ 145 bilhões.

Tal montante permitirá a Lula cumprir a promessa de campanha eleitoral, de manutenção do “Auxílio Brasil” de R\$ 600,00, que voltará a ser denominado “Bolsa Família”, e uma espécie de “bolsa criança”, de R\$ 150,00. Estima-se que essa soma corresponderá a R\$ 70 bilhões. O restante será utilizado para as necessidades iniciais do governo.

Constata-se que essa jogatina, antes mesmo de Lula tomar posse, mostra o quanto Bolsonaro e seus asseclas que controlam o “orçamento secreto” deixaram para o novo governo uma bomba fiscal. Entre as negociatas, está justamente o tal do “orçamento secreto”, que serviu à governabilidade de Bolsonaro e ao fortalecimento das oligarquias políticas que comandam o Congresso Nacional, sendo que grande parte delas pertence ao “Centrão”.

As eleições de outubro deram vitória apertada a Lula e uma vitória folgada à oligarquia parlamentar de centro-direita e ultradireita. É nessas condições que a Comissão de Controle e Justiça (CCJ) e, em seguida, o Senado, aprovaram uma PEC ajustada aos interesses de todos. É preciso ainda passar na Câmara dos Deputados, mas tudo indica que não será barrada, uma vez que são praticamente as mesmas forças e os mesmos interesses que os do Senado.

Está pendente ainda a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade do “orçamento secreto”. O apoio de Lula à preservação de Arthur Lira na presidência da

Câmara dos Deputados é um indicador de que toda a bazófia do petista contra o “orçamento secreto” desapareceu, diante da falta de recursos básicos para se iniciar o novo governo. Como sempre, imperam as negociatas próprias da democracia oligárquica putrefata. É bem possível que o STF ache uma forma de acomodar os respectivos interesses.

O PSD, MDB e União Brasil aproveitam essa circunstância em que se expressa a debilidade de Lula, para exigirem postos de comando no governo de frente ampla que se está constituindo. A parcela da população que deu a vitória a Lula, rechaçou Bolsonaro e desprezou Simone Tebet, está sendo enganada no alvorecer do novo governo.

Lula somente consegue manter os R\$ 600,00 do “Auxílio Brasil”, porque afinal Bolsonaro havia feito a mesma promessa. Assim, as negociatas entre os partidos da burguesia no antro de bandidos do Congresso Nacional oligárquico se dão sobre a pobreza, miséria e fome, que atingem a maioria oprimida. Retratam a falência do reformismo petista e de seu séquito de esquerda, a exemplo do PCdoB e PSOL.

Está claro que o governo de Lula foi parido com os pés amarrados pela aliança com os partidos da burguesia, que melhor expressam a política oligárquica e os interesses dos capitalistas. Vai se chocar com as condições de miserabilidade das massas e com a classe operária, que vem sendo sacrificada pela crise estrutural do capitalismo em decomposição.

A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de organizar uma oposição revolucionária ao novo governo burguês e impostor de Lula. Oposição essa que se baseia na defesa do programa de reivindicações próprias dos explorados, e que se conduza pela estratégia da revolução proletária, da luta por um governo operário e camponês.

O artigo abaixo foi apresentado e discutido na reunião da direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), realizada no Chile, nos dias 3 e 4 de dezembro.

Abre-se um novo momento da crise política no Brasil

As eleições de 30 de outubro chamaram a atenção das potências, principalmente dos Estados Unidos, e dos países da América Latina. O Brasil, embora seja um país semicolonial, sua economia tem considerável importância no continente latino-americano, sobretudo, mas também em certa medida para vários países da Europa e da Ásia.

Os próximos quatro anos serão tão ou mais difíceis quanto os de hoje para a economia mundial. A guerra na Ucrânia se prolonga, perfazendo nove meses, sem que se vislumbre uma solução. Esse choque no coração da Europa, depois da devastadora hecatombe provocada por dois anos seguidos de crise sanitária, provocada pelo Covid-19, agravou ainda mais as tendências predominantes de desintegração do capitalismo. As suas consequências para a economia global e, em particular, para a do Brasil, se têm manifestado na forma de retração do crescimento, do aumento da inflação, da alta do custo de vida, do empobrecimento generaliza-

do das massas e da projeção da miséria e da fome, principalmente, entre as camadas mais marginalizadas do processo produtivo. É importante reconhecer que a América Latina foi duramente afetada pela onda de contaminação pelo Covid, que resultou em uma devastação de vidas humanas, vertiginosa quebra econômica e projeção da miséria e fome. A guerra da Ucrânia impossibilitou que a economia mundial tomasse um fôlego, ainda que pequeno e passageiro. É, portanto, nessas condições, que sobrevieram as crises políticas em toda a parte, com seus reflexos particulares na América Latina.

O Brasil, por ter sido um dos países mais afetados, pelo seu porte econômico e social, se viu diante de uma divisão interburguesa, que não se manifestava com tamanha magnitude desde a crise política de 1960, que concluiu com o golpe militar de 31 de março de 1964. O governo ultradireitista de Bolsonaro naufragou sob os impactos econômicos e sociais da Pandemia. Mostrou-se

incapaz e impotente diante da queda abrupta da economia, da falência do sistema público de saúde e da escalada das mortes diárias. Embora a política burguesa do isolamento social, empunhada por uma frente ampla de oposição, não suprisse a inépcia do governo federal, serviu para minar as bases da governabilidade bolsonarista.

Nesse sentido político, a frente oposicionista contou com a decisiva contribuição da burocracia sindical – liderada, fundamentalmente, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Força Sindical (FS), sendo a primeira controlada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a segunda, pelo partido Solidariedade – para bloquear qualquer mobilização dos trabalhadores. A subserviência da burocracia sindical à diretriz burguesa do isolamento social foi de grande importância, para se constituir uma frente oposicionista de resistência à posição de Bolsonaro, qualificada de “negacionista” e “genocida”. Os setores dos empresários mais afetados pela retração dos negócios, entre eles o setor do comércio, continuaram fiéis ao governo de ultradireita.

Os choques internos à classe burguesa, inevitavelmente, implicaram duros conflitos institucionais. O Executivo se viu premido e limitado pelo Judiciário, embora a maioria do Legislativo estivesse sob o controle das diretrizes bolsonaristas. Mesmo no Legislativo, ecoou a voz da oposição, que, finalmente, conseguiu instalar uma Comissão de Inquérito (CPI) da Covid. Ainda que não tenha passado de teatralização, resultou em condenação política da orientação de Bolsonaro, diante da catastrófica crise sanitária. O fato de a CPI ter sido precedida de manifestações de rua, sob a bandeira de “Fora Bolsonaro e Impeachment”, serviu à frente oposicionista, tendo o PT como sua coluna vertebral, para acossar os bolsonaristas no Congresso Nacional. A CPI, na realidade, foi o último recurso do movimento organizado pelas centrais e movimentos, sob a direção de uma aliança de centro-esquerda, conduzida pelo PT, para condenar o presidente ultradireitista. Sem a possibilidade de abertura do processo de impeachment, esvaziou-se a articulação do “Fora Bolsonaro”, que havia abandonado a linha da política burguesa do isolamento social, organizando a primeira manifestação de rua em 29 de maio de 2021.

Atingido amplamente pela campanha da oposição, Bolsonaro, sua cúpula militar e as organizações bolsonaristas não se intimidaram, e reagiram sob a ameaça de promover um golpe de Estado. As bandeiras antidemocráticas dirigidas contra o Judiciário, em especial, ao Supremo Tribunal Federal (STF), e a favor de os militares tomarem iniciativas, sob as cores do nacionalismo ultradireitista, para barrarem a ofensiva da frente oposicionista, incentivaram uma importante camada da classe média urbana e rural a também protestarem nas ruas. A retórica do governo federal, com evidentes sinais de ameaça de golpe, e a radicalização de uma fração do movimento bolsonarista dirigida aos militares, precederam o esgotamento das manifestações pelo “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

A natimorta CPI-Covid serviu de meio para encerrar a segunda etapa da crise política, ou seja, a primeira marcou o período agudo da Pandemia, e a segunda a retomada das manifestações organizadas pelas centrais. A terceira se configurou a partir do término da CPI e decisão da cúpula dirigente do movimento “Fora Bolsonaro”, de acabar com as manifestações de rua. Abria-se a etapa de preparação para as eleições. Bolsonaro, provavelmente alertado pelos órgãos de segurança, há algum tempo, vinha contestando a utilização das urnas eletrônicas nas eleições. Esse foi um fator da divisão interburguesa e da crise institucional, que somente deixou de ser uma ameaça, que vinha acarretando o agravamento da ins-

tabilidade política, quando o Congresso Nacional votou contra o retorno das cédulas impressas. Ainda assim, Bolsonaro manteve sua cruzada pela total alteração da estrutura institucional do processo eleitoral.

A classe operária e a maioria oprimida arcaram com o maior peso da debacle econômica, que esteve na base da divisão interburguesa, dos conflitos institucionais e do realinhamento de forças políticas partidárias e sindicais, que levaram, finalmente, a uma das eleições mais polarizadas da história política do Brasil. Os explorados foram literalmente arrastados por detrás de duas candidaturas que refletiam a divisão interburguesa, sem poderem compreender minimamente seu caráter de classe e suas diferenças políticas, como expressão de interesse particulares das frações capitalistas. O desemprego e a miséria ganharam novas proporções, desde a recessão, que atingiu o País em 2016. A derrubada do governo de Dilma Rousseff pelo impeachment serviu para a burguesia fazer mudanças na política econômico-financeira, cujos fundamentos se voltavam, sobretudo, contra a classe operária. As demissões em massa e a redução do valor médio da força de trabalho se combinaram em tal magnitude, que se potencializou a crise social, que se manifestou na forma da miséria e da fome em grande escala. As contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro nortearam a política econômica antioperária e antipopular.

A política de colaboração de classes do PT e de seu braço sindical burocrático foi responsável pela ausência de uma resistência dos explorados à altura dos ataques dos governos burgueses. No período da Pandemia, em especial, essas forças traidoras, ao mesmo tempo, faziam oposição a Bolsonaro e colaboravam para aplicar as medidas emergenciais que sacrificavam empregos, salários e direitos.

A política de colaboração de classes do PT e de seu braço sindical burocrático foi responsável pela ausência de uma resistência dos explorados à altura dos ataques dos governos burgueses. No período da Pandemia, em especial, essas forças traidoras, ao mesmo tempo faziam oposição a Bolsonaro e colaboravam para aplicar as medidas emergenciais que sacrificavam empregos, salários e direitos. Não se deve esquecer jamais das terríveis consequências que causaram a aplicação da Medida Provisória (MP) 936. A burocracia sindical manteve as portas dos sindicatos fechadas e, por meio de negociações eletrônicas, permitiu que o patronato se valesse desse instrumento para sua proteção, e para a desproteção dos assalariados. Nota-se que o governo de ultradireita teve a seu favor, quanto às medidas de ataque à vida da maioria oprimida, a política de colaboração de classes do PT, de seus aliados históricos e de sua burocracia sindical. Essas forças oposicionistas tiveram tão-somente de aproveitar a divisão interburguesa, que atingiu o governo Bolsonaro, e manobrar com as organizações sindicais e movimentos populares.

A unidade burguesa – que gestou o golpe institucional contra Dilma Rousseff, em 2016, deu origem à ditadura civil de Temer, e alavancou a candidatura de Bolsonaro contra a do petista Fernando Haddad, em 2018 – se desfez sob os impactos da crise sanitária e econômica. Os partidos oligárquicos (PSDB, PSD, PP, União Brasil etc., que, em sua maioria, resultaram de divisões dos troncos oligárquicos originais (MDB, Arena), não conseguiram mais uma

vez convencer as massas com uma de suas candidaturas. Fracassada a denominada candidatura de “terceira via”, restou a polarização entre Lula e Bolsonaro.

O marco social da disputa renhida, na busca, palma a palma, da atenção, da subordinação política e, assim, do voto dos pobres e miseráveis, foi o da atomização do movimento operário e popular e da passividade. Em particular, a classe operária havia sido golpeada, com o fechamento de fábricas, o avanço da terceirização e os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. E, em geral, milhões de famílias haviam sido empurradas para a miséria, inchando o exército de famintos. O prato da balança que pendia para Lula, portanto, continha a lembrança dos dois mandatos do caudilho petista, quando a economia teve uma recuperação, depois do descenso anterior sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, a taxa de desemprego diminuiu, programas assistenciais foram impulsionados e o salário mínimo teve um ajuste acima da inflação. O prato de Bolsonaro que resistia a esse peso contou com boa parte da classe média, abismada com os acontecimentos do período da Pandemia e com o seu futuro incerto diante de uma economia estagnada. Mas, o bolsonarismo conseguiu esconder sua face antipopular, para uma significativa camada dos explorados, incluindo uma parcela da classe operária. Esse feito, em grande medida, se deveu a uma poderosa investida política e eleitoral das igrejas evangélicas, cujo aparato publicitário se agigantou, e cuja penetração nos bairros pobres e nas favelas miseráveis avançou exponencialmente nas últimas décadas. Os pastores e seus agentes agiram como uma poderosa caixa de ressonância ideológica do ideário da ultradireita. Contribuiu para o fortalecimento da campanha eleitoral de Bolsonaro, o fato de seu governo ter favorecido os militares e a oficialidade do corpo policial, bem como apregoar e apoiar o recrudescimento das ações repressivas em nome do combate ao crime e de uma suposta impunidade.

Esse conjunto de fatores que intensificou a polarização entre as massas, ou seja, entre a maioria oprimida, esteve alicerçado no alinhamento de uma fração burguesa em torno da resistência à volta de Lula ao poder. Um contingente dessa fração, vinculada internamente à agropecuária, à mineração, à extração da madeira e ao comércio, procurou a via do golpe como solução para o esgarçamento do governo Bolsonaro, e o avanço da frente oposicionista puxada pelo PT. As condições econômicas, políticas e sociais, não apenas nacional, mas também internacionalmente, não possibilitaram que os militares bolsonaristas – os mais arraigados defensores da ditadura imposta ao País pelo golpe de 1964 – se aventurassem a suprimir a democracia, e a instituir uma nova ditadura dos generais. No entanto, possibilitaram a reconstituição de um movimento de classe média de caráter antidemocrático, de ultradireita e de traços fascizantes.

Movidos com fartos recursos de empresários, os caminhoneiros bloquearam as rodovias praticamente em todo o País, e manifestantes se postaram em frente aos quartéis, exortando a intervenção das Forças Armadas. Bolsonaro e sua cúpula militar sabiam, sem dúvida, que um golpe, ainda que fosse para anular as eleições e realizar outras, tinha tudo para fracassar. As frações mais poderosas da burguesia nacional e o imperialismo reconheceram a vitória de Lula. A última tentativa do bolsonarismo, nesse sentido, foi a de recorrer institucionalmente ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de um recurso apresentado pelo Partido Liberal (PL), que serve a Bolsonaro, para anular uma parte das

Abre-se um novo momento da crise política no Brasil

urnas. A ação caiu no vazio político, e foi imediatamente rejeitada pelo TSE.

Os bloqueios de estrada acabaram agravando a crise política, da qual se serviram as forças de centro-direita, que articularam a fracassada terceira via, para descaracterizar ao máximo a vitória de Lula, e dar ao seu governo um formato de frente ampla, com a qual os ex-golpistas, que derrubaram o governo de Dilma Rousseff, já haviam concordado em montar no segundo turno, acertando, assim, uma coalizão com os petistas.

Lula e o PT, rodeados de aliados do tipo PCdoB, PSB, Solidariedade e Rede, principalmente, já tinham as portas abertas ao PSDB, MDB, PSD, PDT, União Brasil, e quem mais se colocasse em defesa da “democracia” e de um governo de conciliação nacional. A inevitabilidade da aliança de centro-esquerda, de ter de ceder lugar no governo aos partidos de centro-direita, indica o quanto a governabilidade continuará na dependência da maior parte das mesmas forças que apoiaram Bolsonaro quando eleito, em 2018.

Os milhões de oprimidos que deram a vitória a Lula começarão a sentir e ver que esse governo não corresponde às suas ilusões democráticas. Eis por que o comitê de transição, que organiza a passagem de um governo a outro, se viu diante da necessidade de negociar com o Congresso Nacional uma solução para romper a camisa de

Os milhões de oprimidos que deram a vitória a Lula começarão a sentir e ver que esse governo não corresponde às suas ilusões democráticas.

força do Orçamento apertado, deixado por Bolsonaro. Lula não pode começar seu governo sem recursos para cumprir algumas das promessas mais urgentes, como é o caso do pagamento do novo “Bolsa-Família”, no valor de R\$ 600,00. Promessa essa, em particular, feita tanto por Bolsonaro com seu “Auxílio Brasil”, quanto por Lula. Ambos empataram no uso desse meio assistencial, para cegar os olhos dos miseráveis e famintos, e arrastá-los à polarização política, armada por cima da maioria oprimida. A burocracia sindical e as direções reformistas dos movimentos populares necessitam da política assistencial, denominada de “inclusão social”, para amenizar a barbárie social, que se mantém independentemente de tal o qual governo.

A burguesia brasileira e o imperialismo avaliam constantemente a diretriz voltada a sufocar as tendências explosivas, que se gestam sob a passividade das massas, imposta pela força dos aparatos políticos, assistenciais e policiais. Lula se vangloria de ter “retirado o Brasil do mapa da fome”, desenhado pela ONU, em seus dois mandatos passados. Não poderá fazer o mesmo no seu terceiro governo, que se inicia dependendo de o Congresso Nacional, fortemente povoado pela ultradireita, direita e centro, liberar recursos. A fração burguesa que se colocou pelo respeito à “democracia e ao Estado de Direito”, diante das ameaças golpistas de Bolsonaro, representa boa parcela de banqueiros, multinacionais, setores do grande capital industrial e agroindustrial.

Lula venceu as eleições super polarizadas, e forma o seu governo na dependência dessa fração do poderoso capital. Não é possível, antecipadamente, saber como será essa relação, que carrega em suas bases a contradição entre as necessidades mais elementares da maioria oprimida e dos capitalistas opressores. Os primeiros sinais vieram no sentido de que, acima de tudo, deve prevalecer a entidade chamada “mercado”. Em outras palavras, os capitalistas indicaram a Lula e a sua aliança que o seu governo não pode relaxar os rigores fiscais. A dívida pública foi administrada por Bolsonaro, graças à contrarreforma da Previdência, que economizou bilhões aos cofres públicos e facilitou gastos acima

do teto, estabelecido pelo governo Temer, e permitiu arcar com a portentosa carga de juros da gigantesca dívida pública.

A noção dos reformistas, de encontrar uma forma que compatibilize a concentração de riqueza nas mãos da minoria exploradora com a distribuição de migalhas para a maioria oprimida, se torna cada mais difícil de aplicar minimamente, nas condições de decomposição mundial do capitalismo, de guerra comercial, de agigantamento do parasitismo financeiro e de escalada armamentista. A economia dos países semicoloniais deve continuar servindo aos interesses e às diretrizes das potências, cujo carro chefe são os Estados Unidos. Nas condições de crise de superprodução, de estreitamento dos mercados, de guerra comercial e de potenciação das tendências bélicas, toda tentativa reformista acaba despencando no abismo, e servindo à projeção da política de direita e ultradireita burguesas. As experiências com os governos do PT e com os governos de Temer e Bolsonaro já mostraram que assim se passa com as relações conflituosas entre reformistas e antireformistas, distributivistas e antidistributivistas, que resultaram, finalmente, em maior sacrifício dos explorados e perpetuação da miséria e fome estruturais.

Há que assinalar, de passagem, que partidos de esquerda como PSTU e PCB, mais uma vez, se enfileiraram por trás de Lula e do PT no segundo turno, em nome de derrotar a ultradireita. Neste caso, seguiram a linha da burocracia sindical desenvolvida nas manifestações do “Fora Bolsonaro e Impeachment”. São capitulações do centrismo e do estalinismo “renovado”, que acabam se ocultando, por detrás da bandeira de defesa da democracia e contra o golpismo. Em todas as situações que envolvem o poder e a governabilidade da burguesia, se torna mais clara a necessidade imperiosa da independência política da classe operária e, portanto, de sua direção revolucionária. Comporta, portanto, compreender a crise de direção, em outras palavras, a ausência de um partido marxista-leninista-trotskista, implantado no proletariado e nas demais camadas sociais oprimidas.

As características da polarização eleitoral e dos acontecimentos, que indicaram as tendências golpistas, desenvolvidas no interior da classe média, evidenciaram o amplo e profundo desarme programático e ideológico, de ordem histórica, que inviabilizou a manifestação de uma fração da classe operária em defesa de posições próprias. Esse foi o principal obstáculo, para que uma fração avançada do proletariado, não apenas resistisse às ilusões democráticas, rompendo, portanto, a camisa de força da rígida polarização eleitoral em torno à constituição de um novo governo burguês, mas também se projetasse como guia dos explorados nas condições da nova governabilidade.

O Partido Operário Revolucionário não teve como cumprir, objetivamente, como força material, essa tarefa, dado o seu caráter embrionário. Mas, pôde expressar a luta pela independência de classe dos trabalhadores, desenvolvendo o programa de reivindicações, a estratégia da revolução proletária, a tática e o método que potenciam a luta de classes e a independência organizativa do proletariado. Essa diretriz particular para as eleições resultou do desenvolvimento da linha política que foi se estruturando, desde o golpe de Estado em 2016. De grande importância foram as intervenções sistemáticas contra as medidas antinacionais e antipopulares dos governos Temer e Bolsonaro, que se ressaltaram durante a Pandemia e, a seguir, durante o movimento “Fora Bolsonaro e Impeachment”.

Nesse processo de crise econômica e política, em que se sobressaíram os ataques da burguesia e de seu Estado às condições de existência da maioria oprimida, delinear-se duas linhas

no movimento operário e popular: o da manutenção da submissão dos explorados à política burguesa; e o da independência de classe. Precisamente nesse antagonismo de classe, que se expressa na política, reside o fundamental do problema da crise de direção.

O proletariado e os demais trabalhadores logo mais estarão diante de um novo governo, que tem tudo para se enquadrar nos limites ditados pelo grande capital, e de um País politicamente dividido pelos interesses materiais da burguesia. A luta pela independência organizativa, política e ideológica da classe operária terá de dar conta às particularidades, que sintetizarão as particularidades anteriores do longo processo da crise de governabilidade, que se agravou desde o golpe de 2016, sem desprezar, evidentemente, os seus elos que se foram encadeando em um grande período, que se abriu com o fim da ditadura militar e a democratização do País. A democracia oligárquica foi restabelecida no Brasil, depois de vinte e um anos de regime militar, logo mergulhada em um profundo processo de degradação e, assim, pesando violentamente sobre as costas da maioria oprimida.

Lula tomará posse acossado pela ultradireita, alicerçada em um movimento da classe média, e ameaçado de golpe de Estado pelo bolsonarismo. Terá de contar com o apoio ativo e passivo da frente montada pelas centrais sindicais, que submeterão ainda mais os sindicatos ao Estado burguês. Nada disso evitará que a economia continue submetida à contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas mundialmente e as relações capitalistas de produção. Nada disso impedirá que o imperialismo se lance com maior impetuosidade sobre as economias semicoloniais. Certamente, Lula poderá contar com alguma margem de manobra, que no momento não se tem como identificá-la, mas a perspectiva geral é de impulso a novos passos da crise estrutural do capitalismo.

Trata-se da vanguarda proletária adotar e desenvolver essa linha de independência de classe nas novas condições da crise política, que permanece e tende a se agravar.

O POR se posicionou pelo voto nulo, desenvolvendo a campanha sobre a base do programa e da estratégia por um governo operário e camponês, propagandeados e agitados, principalmente, junto à classe operária, chamando os explorados a não confiarem nas eleições burguesas e a confiarem em suas próprias forças. Trata-se da vanguarda proletária adotar e desenvolver essa linha de independência de classe nas novas condições da crise política, que permanece e tende a se agravar.

O PT e seus aliados já indicaram que, para o governo Lula enfrentar a oposição bolsonarista, terão de contar com uma aliança da classe operária, ou seja, dos sindicatos, com uma das frações da burguesia. Esse é o caminho da colaboração de classes, concretamente colocado pelo novo governo burguês. Trata-se, portanto, de um caminho de derrota para a classe operária. Ao contrário, as formas e os meios, para as massas combaterem as ações antidemocráticas da ultradireita bolsonarista, se assentam na luta de classes contra o novo governo, incapaz de solucionar os grandes problemas nacionais e de classe. Desde já, coloca-se aos explorados a tarefa de se colocarem a caminho de erguer um oposição revolucionária ao governo Lula, e se guiarem pela estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Boletim Nossa Classe – Dezembro

Política Operária

O que esperar do governo Lula? Não confiar no novo governo burguês! Confiar em nossas próprias forças! Lutar por um programa próprio da classe operária e dos demais explorados

Lula não poderá governar para os pobres, miseráveis e famintos. Isso por que terá de governar para os capitalistas que nos exploram. A classe operária e os demais trabalhadores não podem acreditar que as promessas eleitorais serão cumpridas. O desemprego continuará mutilando os assalariados, o subemprego continuará mantendo milhões na miséria, o salário mínimo continuará sendo de fome, a terceirização continuará precarizando as condições de trabalho, a informalidade continuará condenando milhões a não terem carteira assinada, a saúde pública continuará sucateada, e a falta de moradia a milhares de famílias continuará a produzir os sem-teto.

O governo que está sendo montado por Lula conta com a participação de partidos burgueses, como o MDB, PSDB, PSD e outros. Esses partidos derrubaram o governo de Dilma Rousseff. Agora, voltam ao poder pelas mãos do próprio PT. Bolsonaro fracassou em sua tentativa de golpe. Mas, os bolsonaristas vão

aproveitar o não cumprimento das promessas eleitorais de Lula, para fortalecer o campo da ultradireita. A classe operária e os demais trabalhadores não devem confiar no governo Lula e devem combater o golpismo bolsonarista.

Os trabalhadores que leram o Boletim Nossa Classe durante a campanha eleitoral viram que o Partido Operário Revolucionário (POR) se colocou pelo voto nulo, pela independência dos sindicatos diante das eleições burguesas e chamou os trabalhadores a confiarem em suas próprias forças e a lutarem por um programa de reivindicações.

O Boletim Nossa Classe, agora, chama os explorados a não confiarem no novo governo burguês e a se colocarem imediatamente pela defesa dos empregos, salários, direitos trabalhistas, saúde, educação e moradia. Chama os explorados a se colocarem por uma oposição revolucionária ao governo Lula e pelo combate ao bolsonarismo golpista.

Mercedes

É preciso resistir às demissões, que já começaram Lutemos para que o sindicato convoque nova assembleia na fábrica para reverter as demissões

A Mercedes começou a demitir. Companheiros, os contrata- dos, que são 1.400, já foram demitidos. Outros 1.000 companheiros pegaram o PDV. Assim, são 2.400 demissões. Em janeiro, a montadora demitirá os 1.200 que faltam. Estamos diante de um ataque brutal da multinacional aos empregos e os salários. Não podemos continuar com a fábrica funcionando, e nossos companheiros sendo demitidos. É preciso uma nova assembleia, para exigir a readmissão e o fim de toda demissão.

A direção do sindicato ajudou a Mercedes a dividir os meta- lúrgicos. Facilitou as ameaças da empresa. Permitiu que o patrão terceirizasse setores da fábrica. E acabou colaborando com o pla- no de 3.600 demissões.

Vários companheiros apoiaram o Boletim Nossa Classe, mas faltou uma organização interna dos operários para reagir contra as demissões, contra a terceirização, e contra a colaboração da

direção do sindicato. Se tivéssemos um grupo de companheiros organizados em torno do Boletim Nossa Classe, poderíamos ter força para unir os trabalhadores e parar a produção.

Ainda vão ser demitidos 1.200 companheiros. A situação está mais difícil, mas devemos exigir do sindicato uma nova assembleia. Uma assembleia para impedir que se completem as demissões, e exigir da Mercedes a readmissão dos demitidos. Esse é o caminho da luta, mas que depende da decisão dos próprios trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe continua defendendo que o sindicato convoque a assembleia de toda a fábrica e, em seguida, uma assembleia geral para organizar a luta contra o desemprego e a terceirização. É preciso, no entanto, que os próprios trabalha- dores da Mercedes se unam, condenem as demissões, exijam as readmissões, e defendam a redução da jornada sem reduzir os salários. Demissões NÃO, abertura de empregos, SIM!

Somente a luta organizada e unida da classe operária pode defender os empregos e os salários

Há uma campanha do governo Bolsonaro de que o desemprego vem caindo, para justificar a recuperação da economia. Eis a realidade: 1) hou- ve redução do ritmo de contratações. Enquanto as contratações, de janeiro a outubro, cresceram 10,4%, em compa- ração ao ano anterior, as demissões au- mentaram 15,4%; 2) dos 169.454 empre- gos formais, 91.294 foram no setor de

serviços; 3) A criação de empregos com carteira assinada também se deu no set- or de serviços; 4) os trabalhadores que foram demitidos tinham salários supe- riores aos que foram contratados. Como se vê, o desemprego continua alto, os postos de trabalho que são criados não se concentram no setor produtivo, e os salários estão cada vez mais baixos.

O que fazer?

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem as assem- bleias e aprovem a luta pelo emprego com carteira assinada, um piso salarial calculado de acordo com as necessida- des reais da família trabalhadora, ou seja, um salário mínimo vital. E para que haja emprego a todos, que se apro- ve a redução da jornada, sem redução dos salários.

Em defesa de um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora

As direções da CUT, Força Sindical, UGT, entre outras, divulgaram um comunicado aos trabalhadores, de que defendem um reajuste no salário mínimo de 10,7%, que passaria a R\$ 1.342,00. Com esse valor, o governo Lula estaria iniciando a “valorização do salário mínimo”. Lamentam a perda do valor do salário com a elevação do custo de vida, principalmente em 2022, o que vem causando o crescimento da pobreza e miséria. Mas, é preciso aprovar a PEC, proposta pelo governo de transição, dizem as direções das centrais.

Com essa conduta, as direções sindicais sinalizam que irão sustentar a qualquer custo a governabilidade de Lula. Os discursos inflamados contra a fome e o salário miserável, para eleger Lula, ficarão para trás. No lugar, farão de tudo para conter o descontentamento de 60 milhões de trabalhadores, pensionistas e aposentados, que dependem do salário mínimo. E virão os dis-

ursos “do que é possível”, diante da herança bolsonarista.

Não são precisos grandes cálculos para saber que R\$ 1.342,00 mal dá para comprar a cesta-básica, que está em R\$ 762,20. Não por acaso, o Dieese diz que o salário mínimo necessário deveria ser de R\$ 6.575,00, para poder comer, pagar aluguel, água e luz e comprar remédios para uma família de 4 pessoas. Mas, vergonhosamente, as direções sindicais colaboracionistas não estão pela defesa da vida da maioria oprimida.

O Boletim Nossa Classe tem mostrado que é preciso defender a independência dos sindicatos diante dos governos. Para isso, é preciso organizar os explorados para impor, com seus próprios métodos, o salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora. Não à colaboração de classes com o novo governo. Em defesa de um programa de luta da maioria oprimida.

Sindicato Metalúrgico de São Paulo aceita a proposta patronal Construir a oposição sindical classista e de luta

A direção do sindicato aceitou a proposta de reajuste de 6,46%, para entrar em vigor em janeiro. E um abono de 15%, a ser pago em duas parcelas, uma em novembro e outra em dezembro. Considera que isso foi uma conquista e que servirá de base para todos os grupos patronais. Depois de enterrar a campanha salarial, esses dirigentes sindicais convidaram os operários para a festa dos 90 anos do sindicato e sorteio de prêmios.

Esse é um dos exemplos de como agem as burocracias sindicais. Às costas dos operários, aceitam os acordos impostos pela patronal; na frente, promovem os festejos e os sorteios de

prêmios, para comprar a consciência dos trabalhadores. Fazem isso porque não têm uma oposição classista, capaz de enfrentar a burocracia e independizar o sindicato.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse acordo, muito abaixo do custo de vida, e o distracionismo da burocracia sindical vendida ao patronato. Trabalha para que a vanguarda com consciência de classe construa uma oposição de luta, que defenda as reivindicações e métodos próprios dos trabalhadores. Somente assim é possível recuperar os sindicatos para a defesa da classe operária.

Construir a democracia operária e lutar pelo controle operário da produção

A produção na fábrica não é controlada pela maioria que produz. É controlada pelo patrão, visando à lucratividade e à acumulação de riqueza. Por isso, no país, se produzem alimentos mais do que suficientes para alimentar a todos e ainda exportar, no entanto, uma grande parcela dos explorados não tem comida na mesa. Essa é a lógica do capitalismo em todos os setores da economia. E, para garantir a exploração da maioria que trabalha, a minoria burguesa tem, a seu dispor, leis, juízes e governos.

A classe operária não pode continuar aceitando essa ditadura da classe burguesa, que é minoritária. A verdadeira democracia virá quando a maioria operária lutar por seu programa de reivindicações. E lutar para arrancar a produção do controle dos capitalistas, e impor o controle operário coletivo da produção. É preciso exigir o direito de expressão e de organização, para que nenhum trabalhador seja punido por defender o reajuste salarial, a redução da jornada e a liberdade sindical.

Operários chineses mostram o caminho da luta. Nossa solidariedade internacional

Os trabalhadores da fábrica de iPhones Foxconn, na China, se levantaram em uma luta radicalizada, contra o não pagamento das bonificações que haviam sido prometidas. Para agravar, os operários ficaram confinados em alojamentos em que, entre eles, havia contaminados pela Covid. Diante da revolta operária, a empresa taiwanesa voltou atrás. Foi uma vitória da greve e da valentia dos grevistas, que enfrentaram a repressão policial.

O Boletim Nossa Classe entende e defende que esse é o caminho que permite à classe operária se defender contra a exploração capitalista do trabalho.

Nove meses de guerra na Ucrânia

Que a classe operária e demais explorados se coloquem pelo: Fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexação.

São Paulo - ABC

Volkswagen demite mais de 90 trabalhadores, em novembro

Operários denunciaram ao Boletim Nossa Classe que, no dia 7 de novembro, a Volks fez novas demissões. Até o momento, já foram mais de 90 companheiros demitidos. Os trabalhadores chegam para trabalhar, e o encarregado manda que se dirijam ao RH. Lá chegando, são demitidos. A maioria dos companheiros tem doenças adquiridas no trabalho, alguns já deram entrada no INSS, outros já recebem o benefício.

Em março, a Volks já havia demitido 450 companheiros. A maioria também com doenças profissionais. Um companheiro revoltado foi até a sala da comissão de fábrica, e perguntou a um membro da comissão: “porque o sindicato não faz um protesto, uma paralisação da fábrica contra as demissões?”. O sem vergonha, que se diz representante do sindicato, respondeu que não poderia fazer nada, e mandou o companheiro procurar um advogado. Vejam o grau de decomposição a que chegaram esses dirigentes dos metalúrgicos do ABC. Estão vendidos até a medula aos patrões. Fazem de tudo para impedir a luta dos trabalhadores.

Companheiros da Volks, Mercedes e demais empresas, é preciso acordar. Não podemos continuar acreditando na mentira dos diretores sindicais, quando dizem que só irão sair da fábrica os companheiros que quiserem pegar o PDVs, ou seja, por vontade própria. Os companheiros demitidos em março e os mais de 90 demitidos

agora em novembro são uma prova que isso não é verdade. É claro que uma minoria de aposentados pegou o PDV, mas a maioria que está sendo demitida pela fábrica não é de aposentados, não quer sair da fábrica, quer ficar com os empregos. Companheiros, não podemos continuar aceitando calados, que esses pelegos da direção do sindicato continuem negociando, vendendo nossos empregos, em troca de uma indenização, que logo acaba e o que fica é o desemprego. Devemos rejeitar os acordos de demissão, negociados pela direção do sindicato. É um erro aprovar o acordo, pensando que isso não acontecerá com a gente, que não seremos demitidos. É necessário superar o medo, o individualismo e lutar como uma só classe, unidos. Devemos constituir grupos de oposição em todas as fábricas, para organizar a luta em defesa dos empregos e salários. Organizar a greve, parar as fábricas. Será com luta, com as fábricas paradas, que vamos constituir as comissões de fábrica de luta, independentes, classistas e revolucionárias, para resgatar o sindicato para a luta de classes. ***Chega de demissão! Que o sindicato convoque assembleia geral, com todos os metalúrgicos para defender a redução da jornada, sem redução de salários. Frente às demissões e fechamento de fábricas, aprovar a greve com ocupação das fábricas, e impor o controle operário da produção. Lutar pela estatização, sem indenização, de todas as fábricas que estão sendo fechadas.*** ■

As demissões continuam golpeando a classe operária Nossa resposta de luta

Nesses dois últimos meses do ano, os capitalistas estão aproveitando para “reestruturar” as empresas. A chamada reestruturação significa cortar parte da mão-de-obra, terceirizar setores e, inclusive, fechar fábricas.

A Mercedes de São Bernardo do Campo iniciou seu plano de demitir 3.600 metalúrgicos, sendo 2.200 efetivos e 1.400 contratados, para implantar a terceirização. A Volks, também do ABC, demitiu, em novembro, 90 trabalhadores. A Stellants, um consórcio de montadoras, Fiat, Jeep, Peugeot e Cintröen, anunciou o fechamento da fábrica na cidade de Campo Largo, Paraná, no início de novembro. No final de novembro, a Mitsubishi demitiu 80 operários na cidade de Catalão, Goiás, e anunciou que esse número será de 150, alegando queda nas vendas de carros. Nos dias 29 e 30 de novembro, a Siderúrgica Paranapanema, no ABC, abriu um pedido de recuperação judicial, e demitiu 87 trabalhadores na fábrica de Santo André, e 23 na planta da Caraíba Metais, na Bahia.

O caso da Siderúrgica Paranapanema, além de demitir, a empresa tem a seu favor a Lei 14.112/20, sobre a “recuperação judicial e falências”, que determina que somente após 30 dias da aprovação da “recuperação judicial” iniciará o pagamento dos direitos dos trabalhadores, se for inferior a cinco salários mínimos. Se o demitido tiver de receber alguma indenização, a empresa poderá demorar mais de um ano para efetuar o pagamento. O dirigente do Sindicato Metalúrgico de Santo André/Mauá, vinculado à Força Sindical, se limitou a lamentar que “infelizmente, são 87 trabalhadores aqui na região afetados por esta ação”. Disse que haverá uma reunião com os demitidos para “esclarecer dúvidas”. Por fim, anunciou que o sindicato quer “realizar a rescisão sem pagamento de verbas”, para que o demitido possa requer o seguro-desemprego. Como se vê, o sindicato não fará nada para defender os empregos e os salários. Trata-se de uma burocracia pró-patronal que aceita as manobras do patronato, que usa a tal Lei para salvar sua empresa.

O fechamento da fábrica de motores do consórcio Stellants

implicou a demissão de 210 trabalhadores. Segundo a empresa, os demitidos poderão ser deslocados para outras plantas. Na realidade, a produção de motores será concentrada em Betim, Minas Gerais. O Sindicato dos Metalúrgicos de Campo Largo disse que está negociando com Stellants a situação dos 214, o plano de saúde e o vale alimentação. Portanto, já aceitou o fechamento da fábrica de motores.

Sobre a demissão de 80 metalúrgicos da Mitsubishi, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão, de Goiás, com a maior desfaçatez, disse que já sabia da decisão, e que chegou a propor à multinacional que não houvesse reajuste salarial para os 150 trabalhadores, para evitar as demissões, mas a empresa não aceitou. Para proteger a poderosa Mitsubishi, a direção do sindicato propõe congelar o salário do trabalhador. Esse é mais um retrato do quanto a burocracia sindical está vendida ao patronato, que já não guarda nenhuma relação com a vida da classe operária.

Esses exemplos mostram o quanto a classe operária se encontra desorganizada e à mercê de uma burocracia sindical pró-capitalista. Em todo o país, os capitalistas continuam demitindo e fechando fábricas, como alternativa diante da crise econômica, que é mundial. E não há uma resposta coletiva por parte das direções sindicais, em defesa dos empregos e salários. São direções sindicais, na maior parte cutistas e forcionistas, que rejeitam a organizar uma verdadeira campanha nacional pelos empregos e salários. Ao contrário, estão sempre prontas para aceitar as imposições das empresas, basta o exemplo do que ocorreu com a demissão de 3.600 metalúrgicos da Mercedes. Isso coloca para a vanguarda com consciência de classe a tarefa de recuperar os sindicatos para a defesa da vida da classe operária. Nesse sentido, o Boletim Nossa Classe trabalha para erguer as comissões de fábrica e a oposição sindical classista e de luta, para impulsionar a luta pelas reivindicações vitais e expulsar dos sindicatos a burocracia sindical, que se tornou um braço do patronato no seio da classe operária. ■

Rio Grande do Sul

Boletim Nossa Classe

Sultextil de Caxias do Sul prepara calote nos seus trabalhadores

Aos trabalhadores:

No dia 29 de novembro, na fábrica da Sultextil, ocorreu uma paralisação da produção durante o primeiro turno, após a notícia de que os funcionários receberiam apenas um “valor simbólico” de 100 reais referente ao décimo terceiro. Também foram informados de que o Sr. Reginatto, proprietário da fábrica, estaria contando as moedas para pagar os salários de dezembro, e sem garantias de conseguir pagar as férias que se iniciam de forma coletiva no dia 21 de dezembro. Acertadamente, os funcionários dos setores da tecelagem e da tinturaria, de ambos os turnos, se reuniram para discutir a situação, e resolveram paralisar e exigir uma explicação ao patrão. O mesmo insistiu que não há dinheiro para lhes pagar, e que os bancos não estão dispostos a emprestar, que a produção está baixa, pela falta de matéria-prima, e que ele está fazendo o possível para resolver a situação, mas que não poderia dar garantia.

Diante da ameaça de sanções que podem chegar até demissão por justa causa, todos voltaram para a fábrica, e retomaram as atividades. Mas, o medo permanece, sem receber o valor do décimo terceiro, e sem a certeza de que receberão mais qualquer valor da empresa. Pressentem que, após as férias, podem não ter mais seus empregos, além de sofrerem um calote. Essa é a situação de desespero que a Sultextil impôs aos seus funcionários.

Esta é a realidade que afeta, não apenas aos operários da Sultextil, mas a milhares de trabalhadores, em todo o país. À menor dificuldade, os patrões descarregam sobre os trabalhadores, que não têm outra forma de sobreviver que não seja seus empregos, enquanto os patrões têm a sua fortuna garantida.

Diante desta situação, exigimos o imediato pagamento dos direitos trabalhistas, do FGTS atrasado desde abril, do décimo terceiro e das férias; pela garantia do salário e contra o fechamento da empresa, que pretende atirar todos ao desemprego e à miséria.

Convocamos todas as organizações, sindicatos, partidos e movimentos que se reivindicam dos trabalhadores a apoiarem a luta dos operários da Sultextil, e todos os operários desta e das demais categorias, assim como os desempregados, a se juntarem na campanha em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Diante do ataque patronal, vamos levantar a solidariedade da classe e enfrentar os desmandos do dono da fábrica, com a mais ampla unidade. Não permitiremos que os operários da Sultextil fiquem isolados.

Imediato pagamento dos direitos trabalhistas, do FGTS atrasado desde abril, do décimo terceiro e das férias aos operários da Sultextil; Pela garantia do salário; Contra o fechamento da empresa

Rio de Janeiro- Volta Redonda

**Justiça mantém vitória da chapa 2 à direção do sindicato
Só a luta garantirá a reintegração dos demitidos**

A Justiça do Trabalho de Volta Redonda/RJ decidiu pela manutenção da vitória da chapa 2 ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Região. O resultado eleitoral havia sido questionado pela chapa 01, perdedora, que é a atual direção pelega, solicitando a impugnação de 10 candidatos da chapa 1 e 11 da chapa 3. Além de decidir pela vitória da chapa 02, a Justiça do Trabalho também determinou a reintegração dos operários demitidos da Comissão de Trabalhadores. Sabemos que a decisão judicial, por si só, não é suficiente para garantir a posse da chapa 2 e a reintegração dos demitidos. Para garantir seu cumprimento, assim como a reintegração dos 200 operários demitidos em campanha salarial, será necessária a mobilização dos operários.

A chapa 2 foi eleita com 1.212 votos, correspondente a 67,1% do total. Corresponde a um movimento de oposição, construído desde as bases operárias, que ganhou impulso, a partir das paralisações de setores da fábrica em torno da campanha salarial, e da formação de uma comissão de trabalhadores eleita pelos próprios operários para negociar diretamente com a empresa e sindicato. A chapa 2 se constituiu em torno da Comissão de Tra-

balhadores, apoiada pela CSP-Conlutas e CTB. Os membros da Comissão, quase todos demitidos, capitanearam o descontentamento da base com a direção sindical traidora, o que se expressou na derrota esmagadora da proposta salarial da empresa em três assembleias, e nos 67% de votos na eleição sindical.

A experiência dos operários da CSN traz ricas lições sobre como a classe operária, quando se levanta em torno das suas reivindicações, é capaz de varrer a burocracia sindical do controle do sindicato. Mostra também o papel da comissão de fábrica como um meio para mobilizar os operários na fábrica para lutar em defesa de seus direitos e salários.

A chapa vencedora, para que se preserve como instrumento de luta da categoria, necessita se constituir como uma direção revolucionária, apoiando-se nos métodos próprios (assembleias democráticas, manifestações, greves, piquetes), e na estratégia de pôr fim ao sistema capitalista de exploração do trabalho. A vanguarda operária com consciência de classe tem a experiência dos operários da CSN como ponto de apoio na luta por constituir as oposições sindicais classistas e combativas, e recuperar os sindicatos como instrumentos de luta da categoria. ■

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

São Paulo

Intervenção do POR no ato dos três anos do massacre de Paraisópolis

No dia 01 de dezembro, o POR esteve presente no ato dos 3 anos do Massacre de Paraisópolis, realizado na Praça da Sé. Nesta mesma data, em 2019, a polícia militar do estado de São Paulo assassinou 9 jovens no “Baile Funk DZ7”, na favela de Paraisópolis. Ao todo, 31 policiais participaram desta ação. Dezenas de pessoas ficaram feridas.

Além de prestarmos nossa solidariedade, realizamos a distribuição do Boletim Juventude em Luta, com o texto “3 Anos do Massacre de Paraisópolis: a juventude precisa lutar!” (que reproduzimos na sequência) e fizemos uma fala, denunciando as violências sofridas pela juventude oprimida, tanto a violência física perpetrada pelas polícias, quanto a violência causada pela precarização e pela miséria descarregada nas costas dos filhos da classe operária e dos explorados em geral, resultado da crise capitalista, causadora do desemprego, da fome, da destruição da educação, etc. Denunciamos, ainda, as direções políticas,

principalmente das entidades estudantis, que se negam a organizar a luta da juventude por suas necessidades, ao mesmo tempo que, nesse ano, se afundaram no eleitoralismo, abandonando qualquer luta pelas condições de vida dos oprimidos.

Nesse sentido, a manifestação na Praça da Sé expressou esse abandono da luta por parte das direções reformistas e centristas. Com um número reduzido de pessoas, em sua maior parte parentes dos jovens assassinados, o ato teve pouca participação dos movimentos e partidos. Estes estavam presentes apenas por representação, como no caso do PSOL e suas poucas parlamentares que centraram suas falas em denúncias abstratas contra a violência policial, pedidos de justiça e reparações individuais, ocultando as raízes dessa violência, e como combater essa opressão.

O POR, através do Boletim Juventude em Luta, ao contrário, denunciou os crimes da burguesia, seus representantes no governo e seu aparato de repressão poli-



cial. Rechaçou as investigações sob o comando dos próprios assassinos. Defendeu um Tribunal Popular que instigue e julgue os verdadeiros responsáveis pelos crimes de classe, como o caso do massacre de Paraisópolis. Fez a defesa da juventude, através da bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. E denunciou as direções políticas que se negam a organizar a luta.

Pronunciamento do POR

Eu sou do Partido Operário Revolucionário (POR), e venho aqui para lembrar desses três anos e das nove vidas que foram tiradas. Mas não estamos aqui apenas para lembrar, estamos aqui para fazer uma denúncia desse Estado opressor, que é um Estado gerado pelo capitalismo. É um Estado Burguês! E como tal, ele é violento com os explorados, com a classe oprimida. Então, é preciso a nossa unidade para enfrentar o Estado policial/opressor.

A periferia é a que mais sofre com as crises. As crises só podem oferecer para a gente os baixos salários, o desemprego e o trabalho informal, horas e horas, em cima de um banco de bicicleta, para fazer um pouco de dinheiro, é isso que o capitalismo em decomposição tem a oferecer à juventude. Hoje somos 50 milhões de jovens, ou seja, cerca de 23% da população, e 40% desta população jovem está desempregada. O emprego informal é a única alternativa para a juventude.

Diante desta situação, que tende a agravar-se, é preciso a unidade. Unir os explorados em torno às reivindicações mais imediatas, salário, emprego, moradia. É necessário organizar a luta em torno disso. Não podemos esperar nada da justiça burguesa

e da polícia, que é o braço armado do Estado. A justiça deve ser feita com nossas próprias forças, com nossos próprios métodos, com bloqueios, piquetes, paralisações.

E gostaria de destacar também que a juventude se encontra sem sua organização política. As entidades estão subordinadas ao eleitoralismo. Hoje a UNE está totalmente feliz, porque colocou dois milhões de jovens para votar. Na realidade, alimentou as ilusões burguesas, e conduziu a juventude a confiar nas eleições burguesas, e não em suas próprias forças.

Gostaria de fechar minha fala com algumas bandeiras do Boletim Secundarista, do Partido Operário Revolucionário, que denuncia os crimes da burguesia, de seus governantes; que rechaça as investigações sob o comando dos próprios assassinos; que defende que somente um Tribunal Popular poderá fazer a investigação e punir, de fato, os verdadeiros responsáveis pelas chacinas, como essa de Paraisópolis; e que levanta a bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. E que trabalha para pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo, raiz da exploração e miséria de milhões, pela via da revolução proletária.

Boletim distribuído no ato da Praça da Sé

3 Anos do Massacre de Paraisópolis: a juventude precisa lutar!

No dia 1 de dezembro de 2019, a polícia militar de São Paulo assassinou 9 jovens, no “Baile Funk DZ7”, na favela de Paraisópolis, zona sul de São Paulo. 31 policiais participaram da ação. Mais de uma dezena de pessoas ficaram feridas. A versão da polícia, de que houve “resistência” à ação policial; de que prestou “rápido socorro”; de que “estavam encurralados”, foi completamente desmentida. Destacamos o documentário “Paraisópolis: 3 atos, 9 vidas”, realizado por uma parceria entre a Defensoria Pública, Nú-

cleo Especializado de Infância e Juventude, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, famílias das vítimas e a Unifesp, onde todas as inconsistências da versão policial são mostradas. O fundamental é compreender que esse caso não está separado dos problemas gerais que vêm enfrentando a classe operária e demais oprimidos, particularmente a juventude pobre da periferia.

A condenação dos policiais envolvidos é um direito das famílias, mas até agora nada de concreto foi decidido. A Justiça Militar

concluiu seu inquérito, isentando os policiais de qualquer crime. O caso segue na justiça comum. É possível que alguns envolvidos sejam condenados, mas isso não modifica em nada a opressão sofrida pela juventude pobre. Os verdadeiros responsáveis pela ação, que estão nos altos comandos da PM e Secretaria de Segurança Pública, e o próprio governador na época, João Doria, sairão impunes.

O Partido Operário Revolucionário (POR), em 2019, dois dias depois do ocorrido, lançou um manifesto, onde expôs as condições de vida dos moradores de Paraisópolis, indicando que o massacre não estava separado da situação concreta a que são submetidos os explorados, principalmente os jovens, nas favelas de SP e do Brasil. Não é por acaso que situações como essa nunca são vistas em bairros nobres, mesmo quando realizam festas que viram a noite. Ainda nesse manifesto, expusemos as condições de vida da juventude: “A juventude é o grupo social que mais sofre as mazelas do capitalismo, representa aproximadamente 50 milhões de brasileiros (23% da população), mas, sozinha, representa mais de 40% dos desempregados. Entre aqueles que têm emprego, são os que trabalham mais horas, com menos direitos e recebem menos. 40% deles começam a trabalhar (fazer bicos) com 14 anos ou menos”, como era o caso de alguns dos jovens assassinados.

O capitalismo não tem absolutamente nada para oferecer à juventude pobre. A exploração do trabalho e a acumulação de capital (pela propriedade privada dos meios de produção) colocam riquezas incalculáveis nas mãos de poucos, e entregam miséria para a maioria da população. A situação da juventude é trágica em dois sentidos: em primeiro lugar, pelas condições a que é submetida pela crise capitalista: desemprego, miséria, fome, destruição da educação etc., ou seja, pela ação da burguesia e seus governos. E em segundo lugar, pela ausência de direções políticas nas suas entidades, que de fato defendam os jovens, que organizem a luta

por suas necessidades. Vejam que, nesse ano, as direções políticas da juventude se enfiaram até o pescoço na lama do eleitoralismo, colocaram todos os seus esforços para que os jovens tirassem o título, e abandonaram qualquer luta por suas condições de vida. Alimentaram assim, a ilusão de que seus problemas se resolveriam trocando um governo burguês por outro. Não se pode esquecer dos elevadíssimos números de prisões de jovens negros no governo Lula, nem da lei antiterrorismo, que criminaliza a luta da juventude.

A polícia é o braço armado do Estado. É a responsável direta pelos assassinatos, mas age em defesa dos interesses dos capitalistas, e não da sociedade como um todo, como tentam nos vencer. Em última instância, as polícias defendem a propriedade privada, não as pessoas. É por isso que o pedido de que o próprio Estado burguês puna os policiais é legítimo, como um direito das vítimas, mas não corresponde a uma política classista. É preciso trabalhar para organizar a juventude para lutar com suas próprias forças, com os métodos próprios da luta de classes, por suas próprias reivindicações, de emprego para todos, aumento geral dos salários, direitos à educação, à moradia etc.

O Boletim Juventude em Luta denuncia os crimes da burguesia, de seus governantes, o que inclui o aparato militar-policial. Rechaça as investigações sob o comando dos próprios assassinos. Defende que somente um Tribunal Popular poderá investigar e julgar os verdadeiros responsáveis pelos crimes de classe, como essa chacina de Paraisópolis. Faz a defesa da juventude, levantando a bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. Denuncia as direções políticas que se negam a organizar a luta. E trabalha para pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo, raiz da exploração e miséria de milhões, pela via da revolução proletária. ■

Boletim da Corrente Proletária – Docentes ANDES-SN e SINASEFE - Novembro

O Boletim de novembro da CPE das universidades e IFs trouxe nove notas/matérias sobre questões de ordem nacional, internacional e sindicais, mostrando, de forma rica, um panorama dos problemas que os trabalhadores em geral estão enfrentando na conjuntura.

A matéria central, que abre o Boletim, “Nenhuma ilusão no governo de frente ampla de Lula/Alckmin”, mostra bem como as entidades sindicais, incluindo o ANDES-SN, difundiram as ilusões nas eleições burguesas, e revela, passadas as eleições, como a independência política das entidades está ameaçada pelas esquerdas, como PSOL e PCB. Afirma ainda que Lula não poderá, diante da crise capitalista, cumprir suas promessas, e chama os trabalhadores a se unirem por meio de um programa de reivindicações e dos métodos de luta.

Há, em seguida, uma pequena nota que se refere aos bloqueios/cortes que o governo Bolsonaro executou agora no final do ano, e que já impactam as universidades federais e a rede de institutos. Demonstra que é necessário imediatamente organizar a luta, a partir das assembleias gerais, para ganhar as ruas e conquistar o financiamento integral da educação pública.

As matérias “Plenária Nacional do Sinasefe: direção prioriza caravanas para posse de Lula, em vez de luta pelos salários e direitos”, sobre a política da direção do SINASEFE, e “14º CONAD Extraordinário do ANDES: Prevaleceu o divisionismo aventureiro”, sobre a política da direção do ANDES-SN para a CSP-Conlutas, foram integralmente publicadas no jornal 678, e expressam o combate da Corrente Proletária contra o governo e o divisionismo das direções sindicais. Também, no jornal 678, mostramos a rejeição, no 14º CONAD, da moção de apoio

ao companheiro Rodrigo Amorós, do POR boliviano, revelando mais uma vez a falta de independências das direções.

Uma matéria de balanço, do Encontro da Regional Norte do ANDES-SN, também foi publicada nesta edição. Demonstra que o problema das populações indígenas, tão atacadas no último período, não pode ser resolvido nos marcos do capitalismo, e que as direções sindicais apenas se utilizam de forma acadêmica do problema de opressão aos indígenas, que é tão forte no norte do país.

Dois notas apontam, ainda, para questões das universidades do Nordeste, a nota sobre a campanha salarial da UERN, que precisa ocorrer com paralisação e grande mobilização, rumo à greve; e a nota sobre as eleições na ADUFEPE, seção sindical do ANDES-SN na UFPE. Nossa posição defendida é pelo voto nulo, considerando que a chapa do PCdoB é de destruição da seção sindical, transformando a seção em entidade recreativa e assistencialista, e com a política, inclusive, de desfiliação do ANDES-SN. A Corrente Proletária, na UFPE, chama a reconstruir a oposição para fazer frente aos burocratas e organizar a luta em favor dos trabalhadores e dos estudantes.

Por fim, o Boletim trouxe, como última matéria, um balanço dos nove meses de guerra na Ucrânia. Demonstra que a guerra se prolonga pela ação do imperialismo. Revela, também, que há uma crise de direção que impede que a classe operária apresente “um curso revolucionário e progressivo à guerra”. Argumenta que as manifestações de trabalhadores na Europa são um bom sinal contra a guerra, mas devem superar a pauta econômica. Termina apontando a campanha e as bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional. ■

Campanha da Corrente Proletária contra os cortes de recursos na Educação
Abaixo os cortes na educação: pelo pagamento imediato das bolsas de estudo e residência



No apagar das luzes do governo Bolsonaro, a educação federal recebe outro duro golpe no seu orçamento, um novo bloqueio bilionário. Já é o quinto só neste ano. O corte no final de setembro durou pouco e logo foi liberado. Isso porque o impacto eleitoral foi rapidamente sentido por Bolsonaro. No dia 28 de novembro, durante o jogo do Brasil na Copa, o governo anunciou um corte na educação de R\$ 1,4 bilhões, sendo R\$ 344 milhões retirados das contas das universidades. O Decreto nº 11.269, de 30 de novembro de 2022, zerou por completo a autorização para desembolsos financeiros durante o mês de dezembro.

Mais de 200 mil pesquisadores de mestrado, doutorado etc., da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de 14 mil médicos residentes dos hospitais federais, entre eles o Hospital São Paulo, ligado à Unifesp, estão sem receber seu pagamento de dezembro. Chama a atenção que o governo tenha informado a equipe de transição que não pagaria as bolsas e foram os próprios bolsistas que ficaram sabendo através da mídia que não poderiam pagar seus aluguéis, transporte, comprar comida, etc.

O POR denunciou, em um manifesto do dia 18 de outubro, que o governo retomaria os cortes depois das eleições, e que sendo assim, a única forma de combater essa política era não transformar os atos do dia 18 em palanques eleitorais para a eleição da chapa Lula/Alckmin, mas fazer das diversas manifestações o ponto de partida para uma luta nacional pelas condições de vida dos explorados, o que inclui as condições para estudo (permanência estudantil), bem como fazer a luta contra as reformas já implementadas, trabalhista, previdenciária e teto de gastos, e a reforma que está por vir, a administrativa. Essa foi a linha política adotada pelo partido contra os cortes do governo Bolsonaro. Não confiar nas eleições, confiar apenas em nossas próprias forças coletivas e em nossos métodos de luta. Isso porque a eleição não resolve a profunda crise econômica, apenas substitui um governo burguês por outro.

O caminho adotado pelas entidades ligadas à educação foi outro. Colocaram todas as suas forças na eleição de Lula e confiaram que o novo governo resolveria todos os problemas deixados por Bolsonaro. As poucas semanas de trabalho da equipe de transição já tem mostrado que isso não será tarefa fácil, nem possível. Tudo indica que em 2023 haverá uma nova recessão na economia mundial, o que tem relação direta com o prolongamento da Guerra na Ucrânia e com as tendências gerais do capitalismo em decadência. Foi preciso uma série de acordos e concessões, para que a equipe do novo governo colocasse a PEC de Transição, aquela que pre-

tende furar o Teto de Gastos, na pauta de votação com chances de aprovação. Como se vê, a necessidade de colocar abaixo o Teto de Gastos, que sustenta os cortes, não faz parte dos planos do futuro governo Lula. A Andifes, Andes, UNE e outras entidades têm participado ou se reunido com a equipe de transição de governo. O papel dessas entidades nesse processo tem sido alimentar a equipe de transição com dados, e receber promessas de que o governo Lula irá avaliar a implementação das políticas necessárias apresentadas por essas entidades.

Diante do corte de bolsas, a primeira resposta da UNE e Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG) foi a pior possível: lançar uma campanha de twitaço. A pressão sobre essas entidades foi tão grande que, no dia seguinte, convocaram para uma paralisação nacional dos bolsistas no dia 8. Essa resposta ainda é insuficiente. Afinal, não pode ser um movimento corporativo dos bolsistas afetados. É necessária uma luta de todos os setores ligados à educação, federal, estaduais e municipais, pois, esses cortes afetam direta ou indiretamente todo o setor. Temos de exigir o financiamento integral das universidades e institutos federais por parte do Estado, conforme o orçamento calculado pelas Assembleias Gerais Universitárias, compostas por estudantes, professores e técnico-administrativos, com voto universal. Além da luta no campo da educação, é preciso compreender que sem a unificação das lutas contra todos os ataques que têm sofrido os explorados nos últimos anos, como a redução dos salários, desemprego, terceirização etc., esse movimento terá alcance muito limitado.

O Teto de Gastos está no DNA desses cortes. A reforma Trabalhista está no DNA do desemprego, do rebaixamento da força de trabalho, da informalidade e da terceirização, é esse o papel das reformas antinacionais e antipopulares. Assim, o movimento tem de buscar uma firme unidade no campo da independência de classe, erguer uma frente única anti-imperialista pelo não pagamento da dívida pública, pela reestatização do que foi privatizado, e revogação das reformas que representam ataque aos serviços voltados à população, e sirvam para a proteção dos capitalistas.

A tarefa imediata do momento é organizar a luta pela derubada dos cortes orçamentários e das medidas que atingem as condições de ensino e trabalho. Um passo firme para erguer um movimento nacional em defesa da educação abrirá caminho para a luta mais ampla dos explorados e da juventude oprimida. Deve expressar as necessidades reais de quem trabalha e estuda. Deve dar uma resposta decisiva aos cortes do governo Bolsonaro, mas servirá também para mostrar ao novo governo que não terá vida fácil, e que os explorados vão combater toda e qualquer forma de ataque às condições de vida.

***Abaixo os cortes no orçamento da educação!
 Pelo pagamento imediato das bolsas de estudo e residência! Abaixo o Teto de Gastos!
 Pela unidade dos explorados em luta por um programa próprio de reivindicações!
 Que as centrais sindicais e movimentos organizem imediatamente um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios. Que preparem uma greve geral em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas!*** ■

Paraná - Boletim da Corrente Proletária na Educação Combater a LGU com todos os meios

O governo Ratinho JR (PSD) aprovou a sua Lei Geral das Universidades – LGU – nos últimos minutos do ano legislativo de 2021 e, na sequência, as universidades iniciaram a sua aplicação. Nada de concursos públicos, até o número de efetivos se ajustar à redução imposta pela LGU. Nesse ínterim, já se observa o aumento da carga horária dos professores temporários, e as reitorias evitam explicitar critérios claros e igualitários acerca da distribuição da carga horária destes docentes.

Se depender das reitorias, o governo inimigo da educação conseguirá seus objetivos reacionários sem nenhuma resistência, o que levará ao enxugamento das universidades, pois, se de início se atacam direitos dos temporários, depois se farão ajustes para aumentar a carga horária dos efetivos e, quando estes forem se aposentando ou falecendo e não forem substituídos, além do prejuízo à pesquisa e à pós-graduação, se estabelecerá uma guerra entre departamentos e centros, pelas escassas vagas que o governo permitirá. Por último, e devido ao fato de que agora as vagas NÃO são mais das universidades, mas do “Sistema”, a guerra será entre as universidades num processo autofágico que, inevitavelmente, concluirá no enxugamento das IIES.

Só se chegou a esta situação devido à abdicação das autoridades universitárias que, ao longo do tempo, abriram mão de exercer a autonomia para agradar os governos que foram passando, desde a época do Lerner. Não se pode culpar o governo pelas nossas derrotas. O inimigo age como inimigo.

Na UEL, por exemplo, sequer um parecer jurídico encomendado pela reitoria, que contesta a legalidade da Lei, foi utilizado pela reitoria para resistir a sua efetivação. O Parecer, entregue à reitoria em 8 de junho de 2022, concluiu que a LGU é “... um diploma legislativo que pode ser impugnado por incompatibilidades com a Constituição da República Federativa do Brasil e com a Constituição do Estado do Paraná”. Na prática, a inação demonstra a cumplicidade com a política liquidadora da educação por parte do governo.

Recentemente, um deputado estadual ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. É um passo, mas não é suficiente. Se depender do judiciário, existem poucas chances de revogação da LGU. Em último caso, pode demorar décadas. Para se ter uma ideia, a contestação feita pela UEL e UEM, em 1992, às pretensões do governador Requião, de levar a folha de pagamento para Curitiba, atacando a autonomia universitária, só foi finalizada em 2018 pelo STF. Quase 30 anos depois!

Por isso, a comunidade universitária deve tomar em suas mãos a defesa da universidade e sua autonomia, com todos os

meios possíveis. Para começar, as instâncias da instituição devem rejeitar explicitamente a LGU, tomando as medidas administrativas e jurídicas para garantir a sua natureza de autarquia especial. Mas tampouco isto pode ser suficiente. Como no caso de tantos direitos que tivemos violados pelo próprio Estado, seja quanto aos nossos salários, carreira e aposentadorias, quanto o direito a eleições diretas num passado não tão distante, se coloca novamente a necessidade de recorrermos a um movimento utilizando os métodos de luta próprios dos trabalhadores: as manifestações de rua e a greve, ampliando e unificando todas as universidades, envolvendo técnicos e estudantes.

Pela experiência de outras lutas, quando a comunidade universitária assume a defesa da instituição, desloca a representação da universidade para o conjunto dos docentes, estudantes e técnicos organizados em suas assembleias, arrancando à burocracia universitária o monopólio dessa representação. Isto se deve a que invariavelmente a burocracia se tem comportado como representante do governo, e não da comunidade universitária. E esta tendência decorre dos inúmeros fios que prendem a alta administração aos governos federal e estadual, que utilizam a inclinação da burocracia para agradar o governo, em troca de migalhas ou promessas de cargos, para aprofundar a sujeição das IIES ao Estado.

A autonomia universitária significa o autogoverno da universidade, que embora deva prestar contas ao Estado pela gestão dos recursos, que são públicos, deve ter a liberdade de se organizar internamente de acordo com as suas próprias finalidades, sem interferência dos governos, igrejas ou grupos de poder, garantindo a completa democracia no comando dela, se autogovernando. Por isso, entendemos que, para levantar a comunidade universitária contra a LGU, haverá que colocar também na pauta do movimento a defesa do governo tripartite, ou seja, constituído por estudantes, docentes e técnicos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade do mandato por aqueles que o elegeram.

Sem esta perspectiva, será impossível derrotar a LGU, pois, se não se altera o governo da universidade, o Estado poderá romper a burocracia universitária, dando-lhe alguma migalha para continuar realizando a política governista internamente. É necessário, finalmente, reativar o Comando Geral de Luta das Universidades, incorporando professores, estudantes e funcionários em defesa da universidade. *Pela Revogação da LGU! Governo Tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade dos mandatos!*

São Paulo

Plenária da Corrente Proletária na Educação

No dia 4 de dezembro, ocorreu a plenária da Corrente Proletária na Educação. Os militantes e simpatizantes do POR discutiram duas notas do Boletim de novembro, que têm como título “O que esperar dos novos governos? Organizar a luta direta desde já”; “Combater com os métodos da luta de classe a destruição da educação pública. Em defesa de um único sistema de ensino, gratuito, científico e voltado à produção social”. Entre as conclusões, destacamos: 1) a crise econômica continuará atingindo os trabalhadores; 2) os governos não terão como cumprir as promessas elei-

torais; 3) o governo Lula será de maior submissão aos capitalistas nacionais e internacionais; 4) o governo Tarcísio de Freitas e seu secretário da educação tentarão impor a privatização de outros setores da educação básica, entre eles a gestão das escolas, e avançarão na implementação da terceirização dos serviços escolares; 5) as direções sindicais farão de tudo para conter o descontentamento dos explorados, e assegurar a governabilidade de Lula; 6) a Corrente Proletária continuará com a tática de defesa das reivindicações que unificam os trabalhadores (salário, emprego, direitos,

saúde, educação e moradia), e pressionando as direções sindicais para que organizem a luta direta em defesa das condições de vida da maioria oprimida.

Outro ponto de discussão se deu em torno à política da direção do Sinpeem, que continua com as reuniões virtuais, e rejeitando a convocação de assembleia para preparar a luta.

Por fim, foi dado informe de nossa campanha contra a perse-

guição política e em defesa da liberdade de manifestação e expressão, bem como a liberdade sindical. Informou-se sobre nossa luta contra a perseguição política de nossos camaradas Perla e Rodrigo. E a campanha pela readmissão do dirigente da CSP-Conlutas, Mancha.

Abaixo, reproduzimos as duas notas do Boletim da Corrente Proletária.

O que esperar dos novos governos? Organizar a luta direta desde já

Os trabalhadores da educação terão pela frente o governo do PT, que vem aliando-se com partidos direitistas. Os partidos que derrubaram o governo Dilma Rousseff voltam agora pelas mãos do próprio PT, a exemplo do MDB, PSDB, PSD e outros. Os políticos diretamente ligados a Bolsonaro são cotejados por Lula, como é o caso de Arthur Lira. O discurso contra o “orçamento secreto” ficou para trás, e se negocia a inclusão de parte desse orçamento na PEC “do Bolsa-Família”. Antes de pisar no Palácio do Planalto, Lula se encontrará com Biden, que ditará as ordens do imperialismo norte-americano. Como se vê, estamos prestes a ter um governo inteiramente submetido aos capitalistas nacionais e ao imperialismo norte-americano. Portanto, o que os trabalhadores da educação têm pela frente é um governo que não atenderá as reivindicações vitais, como o fim das reformas Previdência e trabalhista, o combate à reforma do ensino médio e a privatização da educação, a extinção do ensino a distância, a elevação do piso salarial nacional de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora, entre outras.

Os trabalhadores da educação terão, também, pela frente um governador de ultradireita. O bolsonarista Tarcísio de Freitas exigiu, antes de tomar posse, que os deputados votassem um reajuste de 50% no seu próprio salário e de seus secretários. Trouxe para a Secretaria da Educação o privatista Renato Feder, ex-se-

cretário da educação do Paraná. Tarcísio e Feder anunciaram a implementação da privatização da gestão nas escolas públicas, a expansão da farsa da Escola de Tempo Integral, e a continuidade do terrível plano de carreira decretado por Doria, que coloca fim em conquistas históricas.

Essa dura realidade tem de ser enfrentada com os métodos próprios dos trabalhadores. No entanto, temos um obstáculo, que são as direções sindicais. A Apeoesp e a Afuse são dirigidas pelo PT, e tudo farão para garantir a governabilidade de Lula. O que significa que não estão dispostas a organizar uma luta nacional em defesa da educação pública e das reivindicações vitais. Lamentavelmente, diante da exigência de Tarcísio, os deputados do PT votaram pelo reajuste de 50%. O que sinalizou disposição em colaborar com o governo. A política de conciliação de classe, própria das direções sindicais, como sabemos, é de derrota para os trabalhadores.

A Corrente Proletária vem insistindo que a direção da Apeoesp e Afuse convoquem uma assembleia, amplamente convocada desde as escolas, para não permitir que o ano letivo termine com o governo impondo duras medidas: demissão de contratados, atribuição de aulas por jornada de trabalho, fechamento de salas e turnos para dar lugar a Escola de Tempo Integral, mais terceirização e expansão do EaD. Para impor nossas reivindicações, é preciso organizar a luta direta contra os governantes.

Combater com os métodos da luta de classe a destruição da educação pública. Em defesa de um único sistema de ensino, gratuito, científico e voltado à produção social

Os órgãos governamentais e as entidades vinculadas à educação têm divulgado números assustadores da baixa aprendizagem dos alunos. Dados indicam que boa parte dos jovens, que concluem o ensino fundamental, não é capaz de operar as noções básicas e matemática e português. Justificam essa defasagem em função do fechamento das escolas por dois anos, durante a Pandemia. Diante desse quadro alarmante, não faltaram promessas de recuperação das enormes deficiências educacionais por parte dos candidatos.

A Corrente Proletária vem mostrando e lutando contra os grandes estragos provocados por medidas governamentais. Entre elas, destacam-se:

1) O brutal avanço do Ensino a Distância (EaD). Eis alguns dados: a) a maioria das matrículas nas licenciaturas (61%) e ingressantes (77%) é de ensino a distância (EaD). Ou seja, a maioria dos professores cursou ou cursa a graduação pelo EaD. Dados do MEC apontam que houve um crescimento de 474%, em dez anos; b) os cursos de aperfeiçoamento e formação para o mestrado são quase na sua totalidade pelo EaD. O resultado está em que uma parte do professorado não consegue compreender e expor o conteúdo de sua disciplina. Com a pandemia, o EaD se agigantou e tem sido a grande fonte de lucratividade das faculdades privadas em todo o país. Mas o problema não se concentra na formação dos professores. Os governos vêm implantando

o EaD no currículo do ensino médio e EJA, portanto, eliminando um dos pilares da aprendizagem, que é a educação presencial e a interação coletiva. Não por acaso, impôs a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reforma do ensino médio e o EJA-TEC. Os acadêmicos e governantes privatistas se apoiam na justificativa de que, com o EaD, o ensino superior chegou às regiões mais distantes do país, e abrangeu uma quantidade grande de estudantes. O fato é que a juventude e parte dos professores são atraídos pela campanha de que é possível conseguir um diploma de nível superior sem precisar sair de casa e, muitas vezes, com custos baixos. Os privatistas apenas lamentam a alta evasão nessa modalidade de ensino, e que é preciso desfazer essa evasão;

2) A reforma do ensino médio eliminou disciplinas ou reduziu suas cargas horárias, para dar lugar aos chamados “itinerários”. O exemplo do último ano do ensino médio, que foi transformado nessa farsa de “itinerários”, evidencia o objetivo dos governantes. Com as licenciaturas em EaD, os governantes viram que é preciso eliminar disciplinas, e criar os “itinerários”. Os professores desorganizados, por sua vez, diante do fechamento de salas e imposição da Escola de Tempo Integral, são obrigados a se sujeitarem aos “itinerários”;

3) A política de cortes de recursos à educação, para continuar cumprindo a volumosa dívida pública. O governo Bolso-

naro, antes do apagar das luzes, concluiu a sangria que vinha fazendo de recursos às universidades públicas e institutos federais, impactando todas as atividades de ensino e manutenção das unidades escolares. Os gigantescos cortes acabaram deixando à mingua a educação pública. Essa política chegou ao extremo de condenar a merenda escolar a R\$ 0,36/dia, por aluno. E de se estabelecer o piso salarial nacional, por 40 horas semanais, em R\$ 3.845,00, muito abaixo do piso do Dieese, que é, R\$ 6.575,00.

O fundamental é compreender que essas medidas governamentais estão vinculadas à decomposição do sistema econômico capitalista. Portanto, na raiz do sucateamento da educação está a desagregação do capitalismo. Nesse sentido, a Corrente Proletária, ao combater essas terríveis consequências que atingem a educação, está obrigada a mostrar que a erradicação dessas chagas dependerá da luta para pôr abaixo o capitalismo e para instaurar o socialismo. Para isso, é preciso travar um duro combate à política da burguesia e dos governantes.

Nesse momento, em que as direções sindicais alimentam ilu-

sões de que é possível obter uma “educação de qualidade”, a Corrente Proletária vem mostrando a incapacidade do governo Lula em colocar fim ao EaD, às reformas privatizantes da educação e à terceirização, em elevar o piso salarial dos trabalhadores da educação, em estatizar a rede privada de ensino. O governo Lula continuará a marcha da desobrigação do Estado para com o financiamento da educação, conforme as diretrizes do grande capital. Está aí por que, para defender a educação pública, os trabalhadores da educação e estudantes terão de enfrentar, não só os governos direitistas, como o de Tarcísio de Freitas, mas o de Lula. É preciso, assim, trabalhar pela independência dos sindicatos diante dos governos, e combater a política de colaboração de classes das direções sindicais.

A Corrente Proletária levanta a bandeira que unifica os explorados, que é a defesa de um único sistema de ensino, gratuito, científico e voltado à produção social. E exige que as direções sindicais convoquem as assembleias, para que os trabalhadores da educação aprovelem o caminho da luta direta para defender não só suas reivindicações, como a educação gratuita a todos. ■

São Paulo

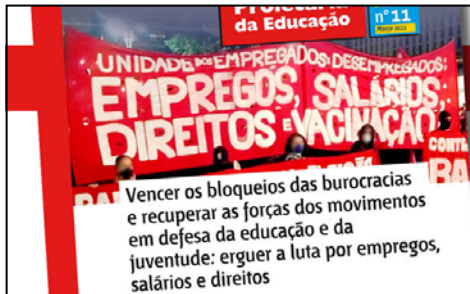
Balço da Plenária da “Oposição Combativa SINPEEM”

Aconteceu, no dia 26/11, a plenária que consolidou a formação de uma frente, chamada “Oposição Combativa SINPEEM”. A direção sindical, com o caudilho Cláudio Fonseca à frente há 36 anos, constitui uma burocracia, que aplica uma política de conciliação de classe. Tem colocado-se como um freio ao desenvolvimento da luta da categoria por suas reivindicações, e como um obstáculo à aplicação do princípio da democracia operária. Há, de outro lado, uma oposição mais consolidada, batizada de “Unidade da Oposição”, com o predomínio de correntes do PSOL, onde atuam também o PSTU e o POR. A “Combativa” surgiu justamente da necessidade de travar a luta pela superação da burocracia sindical, apontando o caminho da mobilização coletiva. Surgiu, ao mesmo tempo, devido à paralisia da Unidade da Oposição. De fato, excetuando o encontro, organizado às pressas, realizado durante o último Congresso da entidade, há tempos que não há sequer uma reunião desse setor. Os agrupamentos que a compõem atuam isoladamente, sem uma política definida coletivamente.

A Corrente Proletária na Educação/POR participou da plenária do dia 26, defendendo a unidade das oposições, ao redor de dois eixos: a defesa da democracia e da independência do SINPEEM. Lançamos uma Carta Aberta na semana que precedeu à plenária, fazendo uma análise da importância da luta frentista, apesar de todas as dificuldades, com o objetivo de derrotar a burocracia sindical. Colocamos contra a transformação da plenária em um instrumento de mais divisão no seio da oposição. Defendemos também algumas reivindicações centrais para o momento, como a exigência às direções sindicais, dos movimentos e demais organismos dos explorados, de que convoquem um Dia Nacional de Lutas, com manifestações massivas e bloqueios de avenidas, como forma de preparar a greve geral; apresentamos a consigna de defesa da independência política dos sindicatos, diante do novo governo; e propusemos, por fim, uma moção em defesa da liberdade sindical e contra a punição aos lutadores, entre eles da companheira Perla, do companheiro Rodrigo Echalar, do POR boliviano, ameaçado de prisão, e do dirigente da CSP-Conlutas, o

Mancha, demitido pela General Motors. Todas as propostas foram aprovadas.

Os presentes concordaram quanto à necessidade de se discutir uma aliança, inclusive com a Unidade da Oposição, para combater a burocracia sindical. Insistiram, no entanto, na formação desse “Bloco” da Combativa. Explicamos que não havia impedimento quanto à formação de uma frente, desde que não servisse ao divisionismo. Expusemos nossa posição, de que continuaríamos atuando dentro da Unidade da Oposição e dentro da Combativa, defendendo a unidade em torno aos eixos políticos acima mencionados. Cabe agora trabalhar para que prevaleça a linha defendida pelo POR, que é de fortalecimento da unidade oposicionista. A tendência apontada para o ano que vem, quando o PT assumirá a presidência do país, é de intensificação do fenômeno da estatização dos sindicatos, o que pode contaminar setores da Unidade da Oposição, a depender de qual posição os psolistas assumam frente ao novo governo Lula. É preciso manter firme a defesa da independência de classe, e prosseguir na batalha para derrotar a burocracia sindical no SINPEEM. ■



Revista Proletária na Educação

n° 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

Rondônia

Sem um trabalho de mobilização, a assembleia do Sintero não teve quórum. Recuperar o sindicato para a luta

No dia 29 de novembro, o Sindicato dos Trabalhadores Estaduais da Educação do Estado de Rondônia (Sintero) chamou os trabalhadores da educação para uma assembleia, que discutiria os problemas enfrentados pelos trabalhadores no decorrer do ano de 2022 e a pauta de reivindicações de 2023. No entanto, a assembleia não aconteceu, devido à baixa presença dos trabalhadores. Isso ocorreu porque não houve empenho da direção do sindicato em fazer uma verdadeira convocação nas escolas. E, por outro lado, depois de um ano de descaso dessa direção sindical pelos problemas da categoria, os trabalhadores da educação não viram motivo para comparecer à assem-

bleia. Era o que os burocratas precisavam, para suspender a assembleia por falta de quórum e, ao invés de corrigir o erro e convocar nova assembleia, a partir de um verdadeiro trabalho nas escolas, cancelou tudo, até o próximo ano letivo. Em palavras, se comprometeram em fazer um cronograma de visita às escolas para convocar uma assembleia para aprovar a pauta de reivindicações de 2023.

A Corrente Proletária avalia que o baixo comparecimento se deu em função da política da direção do Sintero, de submeter o sindicato à política de conciliação de classes, de rejeitar a luta direta para conquistar as reivindicações, de dividir os trabalhadores da educa-

ção (municipais, estaduais e técnicos da educação), de submeter o sindicato à campanha pela eleição de Lula, portanto se opondo à independência sindical, de convocar as assembleias por meios virtuais (redes sociais) e, por fim, de virar as costas para os graves problemas causados pela precarização das condições de trabalho. Está aí por que a Corrente Proletária vem mostrando a importância de construir uma oposição classista e de luta, para expulsar essa burocracia sindical e recuperar o SINTERO como instrumento de defesa da educação pública e das reivindicações que unificam os trabalhadores da educação com os demais explorados. ■

Rondônia

Posição da Corrente Proletária diante das eleições da Adunir

Nos dias 5 e 6 ocorreu a eleição da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adunir), que, há vários anos, se encontrava nas mãos de direções direitistas e, nos três últimos anos, de uma direção bolsonarista. Sem a devida reação dos docentes, funcionários e estudantes, tais direções deixaram a Associação politicamente passiva. Assim, as medidas governamentais destruidoras do ensino público foram sendo impostas.

Apesar do descontentamento, diante da liquidação de velhos direitos, como as progressões funcionais, o presidente da Adunir simplesmente ignorava, até que começou a ser questionado e rechaçado. Mas, acabou sendo afastado por ações judiciais e substituído por uma direção interina.

É nessas condições de desagregação da Adunir, que se realizou a eleição, constituindo uma nova direção. Membros da direção interina de distintas orientações da esquerda reformista constituíram a chapa única. Elegeu-se com 68 votos, de um universo de 201 filiados. Apenas cinco votaram em branco. Esse resultado mostra a enorme despolitização dos docentes, que, por sua vez, reflete a despolitização dos funcionários e estudantes.

Mas, o fato de livrar a Adunir da direção de direita e de ultradireita (bolsonarista) é um bom sinal, um progresso. Tudo depende agora de se constituir uma oposição classista, programática e de luta, já que a direção eleita não resultou de um movimento das bases, de forma a impor a democracia sindical e a independência política e organizativa diante da burocracia universitária, que funciona como correia de transição do Estado e dos governantes burgueses.

A Corrente Proletária da Educação (CPE) considera importante que tenhamos na direção da Adunir companheiros defensores das reivindicações vitais e da independência da entidade frente aos governantes e à burocracia da universidade. Uma direção, portanto, classista e de luta, para colocar a entidade a serviço da unidade dos trabalhadores e, em particular, da educação pública e gratuita. Uma direção que defenda os métodos próprios dos trabalhadores, ou seja, o das manifestações, greves etc. Esse é o caminho seguro para conquistar as reivindicações. Uma direção que contribua para fortalecer a politização da base em defesa das reivindicações econômicas, conjugadas com as lutas políticas.

Levando em conta a crise por que passou a Adunir e a necessidade de banir de sua direção a direita e ultradireita, a Corrente Proletária da Educação se posicionou pelo voto crítico na chapa "CHAPA RECONSTRUINDO A ADUNIR". A quase liquidação da Associação e a retomada de sua organização exigem um balanço crítico sobre os acontecimentos que levaram a direita e ultradireita a controlarem a Associação. A direção eleita não resultou do combate por um programa proletário para a educação. Esse é o ponto de partida para a constituição de uma oposição classista. A Corrente Proletária da Educação, apesar de embrionária, tem em suas mãos essa tarefa. O caminho a ser percorrido é o da defesa sistemática do programa, da democracia universitária, do método da ação direta e da organização independente do movimento dos professores, dos funcionários e dos estudantes. ■

São Paulo / Boletim da Corrente Proletária na Educação – Universidade Federal do ABC (UFABC)

O Boletim da Corrente Proletária na Educação – UFABC – de dezembro faz um chamado a não confiar no novo governo. Afirma que as eleições são um campo de disputa interburguesa, e que as chapas encabeçadas por Bolsonaro e por Lula tinham em comum a defesa da grande propriedade privada. Indica que a crise econômica levará também o novo governo a atacar as massas. De-

nuncia o abandono das lutas pelas entidades, devido à submissão à frente ampla.

O Boletim faz um chamado a não confiar na polícia, e critica o PT, as Centrais Sindicais, e o DCE-UFABC por agirem em colaboração com a polícia. Conforme o Boletim, "essa política desorganiza os movimentos de luta contra a ultradireita e fortalece

a repressão estatal, que fatalmente recairá sobre os movimentos sociais”. Considerando o processo eleitoral para os Conselhos Superiores da UFABC, o boletim coloca a concepção proletária sobre esse processo, dizendo que colocar representantes nesses órgãos deve servir exclusivamente para fins informativos ao movimento universitário (estudantil e sindical), e que as assembleias das categorias devem discutir e

eleger seus respectivos representantes. O Boletim também traz uma denúncia sobre a tentativa da burocracia cutista de impedir a distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes Benz em São Bernardo, o que contradiz o argumento dos centristas de que a eleição de Lula era condição necessária para lutar. De fato, “o ódio da burocracia ao Boletim Nossa Classe se dá porque expressa a independência de classe”,

ao ponto da burocracia se colocar contra as necessidades vitais da classe operária. O boletim se coloca pelo fim da guerra na Ucrânia, levantando as bandeiras do CERQUI. Por fim, coloca a campanha em defesa da liberdade política e sindical, e em defesa do professor e dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca, Rodrigo Echalar Amorós, perseguido pelo governo boliviano. ■

Rio Grande do Norte - Boletim da Corrente Proletária – dezembro

Viva a luta independente dos servidores de SGA!

Em defesa das liberdades sindical e de manifestação!

Os servidores do município de São Gonçalo do Amarante acumulam duras perdas em seus direitos. Os serviços públicos estão comprometidos, pois, a prefeitura nada faz para resolver os problemas, que vão se acumulando, desde que as demandas foram apresentadas ao prefeito Eraldo Paiva (PT). Hoje, a pauta de reivindicações é grande, mas o prefeito vem enrolando os trabalhadores, esquivando-se, para não se comprometer na resolução dos problemas. A luta é pela construção de escolas, contratação de mais profissionais, por condições dignas de trabalho, em defesa das conquistas dos funcionários de escola, além do direito ao terço da hora-atividade, bem como a revogação de pontos da maldita reforma previdenciária, entre outras reivindicações. Faz nove meses que os servidores buscam uma audiência com o prefeito para tratar do assunto, mas sequer ele quer sentar com as categorias para atender as justas reivindicações. Diante da negação do prefeito, os servidores deliberaram em assembleia realizar uma manifestação na prefeitura e, depois, um ato em uma obra, na qual o prefeito estaria presente. Porém, com a ausência dele no local, os servidores decidiram ir protestar em frente à casa do prefeito, para mostrar à população que a prefeitura nada faz pelos servidores e, conseqüentemente, pelos serviços públicos. Apesar da letargia em atender os servidores, a prefeitura e demais órgãos burgueses, como a Câmara de Vereadores, imediatamente agiram contra o movimento. Acionaram todo o aparato

mediático que dispõem, para deslegitimar a luta dos servidores, por meio de uma poderosa campanha de difamação. Tentam, com isso, não só jogar a população (que também sofre com os péssimos serviços públicos) contra os servidores, mas também desviar o essencial da luta: a pauta de reivindicações. O prefeito e seus lacaios não querem atender as demandas legítimas dos trabalhadores e, por isso, orquestram essa campanha difamatória contra o movimento. Além disso, o prefeito tenta cercar as liberdades democráticas, ao jogar a população contra o movimento e acionar a polícia, que é um aparato repressor do Estado burguês, para intimidar e desmantelar o movimento.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) coloca que somente a organização dos trabalhadores, usando o método da ação direta, pode combater, não só a campanha do prefeito contra os servidores, como também agir para resolver os seus problemas. É importante que a pauta de reivindicações seja ampliada, para integrar os demais explorados, como os trabalhadores terceirizados, a juventude oprimida, os pais dos estudantes. A ampliação das reivindicações e os métodos próprios dos oprimidos, com independência de classe, conduzirão o movimento no caminho da unidade na resolução de seus problemas. *Viva a luta organizada dos servidores de São Gonçalo do Amarante! Em defesa da liberdade sindical e da livre manifestação dos trabalhadores! Que o Prefeito Eraldo Paiva atenda já as reivindicações dos servidores!* ■

Rio de Janeiro / POR realiza formação sobre a Opressão Racial

Antecedendo ao Dia da Consciência Negra, o POR realizou um encontro no Rio de Janeiro, para discutir a questão da opressão racial. Os camaradas destacados expuseram a raiz de classe da opressão sobre os negros; o limite da resposta reformista; a situação das massas negras na Pandemia; e a resposta proletária.

A primeira exposição mostrou que o racismo é expressão da exploração do trabalho. Sua origem histórica está na escravidão, marcada pelos interesses econômicos da burguesia europeia, classe que saqueou as riquezas do continente africano e escravizou a população negra. O escravismo no Brasil teve a função de acumulação de riquezas para as potências da Europa, bem como para as oligarquias regionais do Brasil. Com a abolição, também motivada por interesses econômicos, os negros “libertos” foram jogados a própria sorte, não foram diretamente inseridos na produção, e tiveram de enfrentar a concorrência desleal com a mão-de-obra qualificada dos imigrantes europeus que chegavam.

A camarada que tratou da resposta dos reformistas mostrou que esse campo político, encabeçado pelo PT, dirige hoje o movimento negro brasileiro, o que implica o desvio desse movimento

do curso da luta de classes para as respostas institucionais, sejam educativas ou coercivas. Acreditam que é possível acabar com o racismo, à margem da luta contra o capitalista, bastando, para eles, educar as pessoas para não serem racistas e, caso sejam, punindo exemplarmente. Aí se vê que tratam o racismo apenas como manifestação ideológica, não material. Nesse sentido, a companheira demonstrou a falência do reformismo através dos 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial, indicando que a situação de vida das massas negras piorou nesse período.

Um camarada expôs a situação das massas trabalhadoras, e sua maioria negra, na Pandemia. O isolamento social não foi possível diante da pobreza, miséria, habitação precária, etc. O movimento negro, que, no Brasil, desde a sua origem com a Frente Negra Brasileira, tem um caráter antimarxista, permaneceu na defesa do identitarismo, segundo o qual é necessário eleger lideranças negras para o parlamento burguês, para que representem a negritude. Assim, deram as costas para a luta pelas condições de existência mais elementares, como o emprego, os salários, os direitos trabalhistas, bem como o direito à educação e saúde, todos esses

aspectos profundamente atacados durante a crise sanitária.

Por fim, a resposta proletária esteve sintetizada na defesa da unidade dos explorados, negros e brancos, em torno de reivindicações particulares, como contra a injúria racial, mas também das reivindicações gerais em defesa do emprego, salário e direitos, o

Corrente Proletária intervém com O Boletim Secundarista no CEFET

No último dia 5 de dezembro, o POR iniciou um trabalho junto aos secundaristas do CEFET Campus Maracanã, com a distribuição do Boletim. Os estudantes receberam bem o Boletim Secundarista. Trata-se de uma escola que está sendo afetada diretamente pelos cortes de recursos promovidos pelo governo Bolsonaro. Os militantes, além de denunciar os violentos cortes à educação, mostraram a importância da organização da resistência estudantil e da construção da corrente proletária secundarista. ■

Paraná / A repressão a manifestantes no Paraná

O Ministério Público do Estado do Paraná está prestando-se à repressão contra manifestantes que protestaram nas ruas durante a Pandemia. Em Londrina, está processando, agora, em 2022, duas militantes que participaram de atos e manifestações contra o governo, em 2021, por suposto crime sanitário, acusadas de promoverem aglomerações durante a Pandemia.

Trata-se, na verdade, de uma tentativa de intimidar qualquer protesto popular que certamente haverá de se repetir, dada a deterioração das condições de vida das massas. No caso do Paraná, cujas autoridades no executivo, legislativo e judiciário estão alinhadas ao

Bolsonaro, tem também uma motivação reacionária adicional, pois, a ocorrência de protestos contra o governo irritou as oligarquias econômicas e políticas locais, majoritariamente bolsonaristas.

O POR participa e defende a realização imediata de uma campanha em defesa das militantes contra a perseguição do Ministério Público. É necessário ampliar a denúncia da perseguição política contra os que lutam e pelas liberdades democráticas, liberdade de manifestação, liberdade de expressão e de reunião. ■

Abaixo a repressão do Estado! Nenhuma punição aos lutadores!

Formação aberta do POR Pernambuco discute conjuntura e questão racial

No dia 26 de novembro, o POR realizou no Recife sua formação mensal aberta. Com banca de materiais e bandeira, a atividade do partido teve como eixo central de suas exposições o tema “O que será o governo de frente ampla de Lula/Alckmin?”. Utilizou-se o editorial do Jornal Massas (nº 677) como ponto de partida para leitura, abrindo depois para as discussões. Em linhas gerais, as exposições apontaram para a situação econômica de crise econômica e a volta do PT ao poder do Estado, agora sustentado uma frente mais ampla de partidos burgueses. Destacou-se o contexto de aprofundamento da crise mundial (iniciada em 2008 e que ainda persiste), com dois anos de pandemia e a longa guerra na Ucrânia. A própria projeção de órgãos imperialistas, como o FMI, indica o encolhimento do PIB mundial para o ano de 2023. O sistema capitalista em desagregação obriga as potências a avançar o cerco às economias que ainda não estão totalmente submetidas, a exemplo da Rússia e China. Assim acirram a guerra comercial entre Estados Unidos e China, prolonga-se a guerra na Ucrânia e potenciam-se as tendências bélicas no mundo. As consequências têm sido drásticas para a maioria explorada, com o avanço do desemprego, fome e miséria. No debate, se enfatizou a campanha internacionalista do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) em torno às bandeiras do fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas na Europa, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados à Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Pelo fim da guerra sem os imperativos dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN, por uma paz sem anexações. Mostrou-se a importância de impulsionar essa campanha do CERQUI, porque são bandeiras que apontam que somente a classe operária organizada, unida e em luta pode dar uma solução progressiva à guerra de dominação.

Sobre a questão nacional, evidenciou-se que a crise política continua. A gigantesca polarização gestada nas disputas interbu-

guesas conseguiu penetrar nas massas e se perpetua no pós eleição. Eis a tarefa mais imediata: unificar os explorados. O novo governo nasce dependente dos setores que orquestraram o golpe de Estado de 2016. Diante da crise econômica e profundamente submetido aos partidos burgueses oligárquicos, o governo Lula não poderá atender as reivindicações vitais das massas exploradas, entre elas a solução do problema da fome e miséria. Por outro lado, as direções sindicais e populares farão de tudo para conter o descontentamento dos trabalhadores e demais oprimidos, visando a sustentar a governabilidade de Lula.

No entanto, as massas exploradas tendem a ganhar as ruas. As greves e manifestações que vêm ocorrendo em vários países da Europa e em outros continentes mostram o caminho da luta para defender as condições de vida. Essa tendência geral tende a se manifestar também no Brasil, porque a crise econômica continuará arrastando milhões para o desemprego, fome e miséria. Daí a importância da defesa que o partido tem feito das reivindicações vitais e dos métodos próprios da classe operária – greves, bloqueios e manifestações de rua – e a luta pela independência política e organizativa dos sindicatos diante do governo e de todas as variantes burguesas. Combinada com a propaganda em torno à estratégia do proletariado, que é a da revolução social para pôr fim ao sistema de exploração do trabalho, o capitalismo.

Por último, foi dado o informe de nossa atuação no 20 de novembro em Recife, em meio à subordinação do Dia da Consciência Negra às ilusões no novo governo. Discutiu-se, também, a resposta marxista à opressão sobre os negros, manifestação da opressão de classe. O que leva à necessidade de unificar os explorados, por meio de suas reivindicações, para que se coloquem em movimento, rompam as barreiras corporativas e burocráticas das direções sindicais e populares, e possam se entroncar com o programa proletário e combater pelo fim da propriedade privada e da sociedade de classes, por meio da revolução e ditadura proletárias. ■

Nos derradeiros dias de governo, Bolsonaro segue firme com a privatização da Petrobrás

Bolsonaro, Guedes e direção da Petrobras concluíram o processo de entrega da Refinaria Isaac Sabbá (Reman), para o grupo Atem, e determinaram o plano de privatização da estatal para o período 2023-2027. A direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP) ficou surpresa, porque tinha recebido, do Ministro das Minas e Energia, Adolfo Sachsida, a palavra de que iria suspender a venda de partes da Petrobrás, até a posse do governo Lula. E que o grupo de transição havia pedido ao presidente da estatal, Caio Paes de Andrade, a suspensão do plano de privatização, que incluía a não conclusão da venda da Reman.

Apesar dos questionamentos e denúncias à ação de Bolsonaro no final de seu mandato, as direções sindicais continuam alimentando as promessas eleitorais do governo Lula. Ao se referir ao planejamento estratégico da Petrobras, o coordenador da FUP disse que o plano de privatização será revisto pelo governo Lula.

Para não passar em branco, a direção da FUP realizou atos pontuais na Reman e em outras unidades da Petrobrás, e faria uma manifestação nacional para o dia 7 de dezembro. Mas, até o momento, não tivemos acesso a nenhuma convocação de um ato nacional para esse dia. O fato é que essa direção continua com sua política voltada às ações impetradas, desde 2020, no Supremo Tribunal Federal (STF), denunciando a inconstitucionalidade das privatizações feitas nos governos Temer e Bolsonaro. Portanto, não há esforço para organizar uma luta nacional para pôr abaixo a privatização da Petrobrás e de outras estatais.

No entanto, é um dever da vanguarda com consciência de classe exigir que as centrais sindicais organizem uma poderosa manifestação nacional, em defesa das estatais e contra as privatizações. Esperar que o novo governo de Lula possa fazer uma revisão do plano privatista de Bolsonaro e Guedes é aceitar, de antemão, a continuidade do desmonte da Petrobrás.

Dirigentes das centrais não estão pela revogação da reforma trabalhista e muito menos da previdenciária

Os dirigentes das centrais estiveram reunidos com os planejadores do governo de transição para reforçar o apoio à governabilidade de Lula. Para isso, tiveram de dizer que não pretendem defender a revogação das reformas trabalhista e previdenciária. Assim, foram dizer que deixaram para trás o discurso contra as reformas, e que na época serviu para arrastar os trabalhadores a votarem em Lula.

A frase do presidente direitista da UGT, Ricardo Patah, de que “não querem assustar os empresários, que ficam preocupados” expressa bem a colaboração com o patronato e com o

governo Lula. A pretensão da comitiva de dirigentes sindicais, na realidade, foi reforçar o pedido da volta do imposto sindical, abolido com a reforma trabalhista. A CSP-Conlutas não fez parte da comitiva de sindicalistas, e diz que é contra o imposto sindical, mas, não podemos esquecer de que chamou o voto em Lula, no segundo turno.

A parcela da classe operária que foi atraída pela promessa de que Lula colocaria fim às reformas, que liquidaram com os direitos dos trabalhadores, começa a sentir que foi ludibriada, principalmente por suas direções sindicais.

Mas, tem pela frente um grande obstáculo, que é ter os sindicatos e as centrais sob o controle dessa burocracia sindical pró-capitalista e submissa ao governo Lula.

O Boletim Nossa Classe, que fez campanha levantando a bandeira “Não confiar nas eleições burguesas. Confiar nas nossas próprias forças”, e se posicionou pelo voto nulo, continuará impulsionando a luta pelas reivindicações vitais dos explorados (emprego, salário, direitos e fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro) e levantando, agora, a bandeira de “Oposição Revolucionária ao governo Lula”.

Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“ A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Aumenta a extrema pobreza e desemprego no ABC É necessário organizar a luta da classe operária e demais trabalhadores

O CadÚnico divulgou que na região do ABC Paulista houve aumento da taxa de extrema pobreza, totalizando um contingente de 311.316 trabalhadores vivendo nessa condição, com renda per capita de R\$ 105 por mês. Em São Bernardo do Campo, há 98 mil pessoas na extrema pobreza. Como parte do crescimento da fome e da miséria, esse município sofre com o fechamento de fábricas e demissões. A Mercedes Benz, em dezembro, demitiu 1.400 operários contratados, e 2.200 operários efetivos terão o mesmo destino; a Volks mandou embora em março 450, e em novembro, mais 90 metalúrgicos perderam seus empregos; os trabalhadores da Toyota viveram o mesmo drama. Em Santo André, são 91 mil pessoas na extrema pobreza. E, recentemente, a empresa Paranapanema demitiu 87 operários, e a Tupy, em Capuava, fechou as portas, demitindo mais de 100 trabalhadores.

As direções sindicais da CUT e da Força Sindical, principalmente, que deveriam defender os empregos e salários, negociaram e continuam negociando com as empresas os acordos de demissão e fechamento de fábricas na região, como vimos em todos os casos acima. A burocracia sindical, junto às prefeituras, firma convênios com universidades públicas e particulares, com discurso de implementar projetos de desenvolvimento tecnológico na indústria. Na realidade, fazem o contrário: contribuem para aumento do desemprego e miséria na região, com os acordos de demissão.

A desindustrialização, os acordos de demissão e avanço da miséria das massas não são problemas isolados da região do ABC, mas sim, nacional. No Brasil, 62 milhões de pessoas estão na pobreza; 33 milhões de pessoas não tem garantido o que comer, e 37% recebem até 1 salário mínimo de miséria, de R\$

1.212,00. Segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo necessário para manter uma família de quatro pessoas no Brasil deveria ser e R\$ 6.575,00. Nossa luta deve ser para que os trabalhadores, por meio das assembleias, aprovelem um programa próprio de reivindicações, que inclui a defesa do salário mínimo vital e o emprego a todos, por meio da redução da jornada sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho). Portanto, para enfrentar a fome e a miséria, é preciso pôr em ação o programa próprio dos explorados.

O Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário, vem defendendo a independência política e organizativa dos sindicatos e movimentos populares. E que organizem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, como preparação para a greve geral. É preciso constituir direções revolucionárias, que levem adiante a luta contra a miséria e a fome.

Retornam os alagamentos e enchentes na Bahia

Desde outubro, diversas regiões da Bahia têm sido afetadas por fortes chuvas. Já são cerca de 43 municípios atingidos, e estima-se que cerca de 60.732 pessoas estão vivendo essa tragédia. Dos 43 municípios afetados, apenas 12 decretaram situação de emergência, mesmo com o histórico de prejuízos que a chuva vem trazendo na região. Vale lembrar que, entre

dezembro de 2021 e janeiro de 2022, o sul da Bahia sofreu o mesmo problema, contabilizando o total de 27 mortes. Porém, a situação atual mostra que não foram tomadas medidas, por parte do governo, para suportar o retorno das fortes chuvas, que afetam principalmente os mais pobres, as casas são invadidas pelas águas, os riachos transbordam, os deslizamentos de morros são frequentes, etc.

Essas tragédias anunciadas mostram a incapacidade dos governantes e da burguesia de protegerem a vida da maioria oprimida. Todos os anos, a época das chuvas é de tormento para milhares e milhares de famílias, que acabam perdendo tudo, inclusive alguns perdem a vida. Enquanto isso, milhões de recursos são desviados para sustentar o orçamento secreto, são desviados para os fundos partidários, são abocanhados pela corrupção e são, enfim, concentrados nas mãos da ultraminoria burguesa.

A proteção da maioria oprimida dessas consequências não virá da classe exploradora e dos governantes. Virá, sim, por meio da luta de classes, para pôr abaixo a propriedade privada dos meios de produção e a exploração capitalista. A única classe que poderá cumprir esse papel, pelo lugar que ocupa na produção, é o proletariado, organizado em seu partido revolucionário. É tarefa da vanguarda com consciência de classe, lutar por um governo dos explorados, um governo operário e camponês, nascido da revolução, único que poderá colocar todos os recursos para proteger a maioria oprimida das catástrofes naturais.

R\$5

Trotsky e Nós
—
Guillermo Lora

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

4 MASSAS

A transcrição abaixo corresponde a uma exposição e discussão do Partido Operário Revolucionário (POR) sobre o tema “O Estado Brasileiro e a Revolução”, realizadas pela TVACOMUNA, em 17 de novembro. Publicamos apenas a exposição, devido à extensão das respostas que se seguiram.

O Estado Brasileiro e a Revolução

1ª intervenção:

Eu falo em nome do partido Operário revolucionário (POR). O tema do Estado brasileiro e a Revolução é de máxima importância para os marxistas. Quero lembrar, iniciando a exposição, o quanto foi importante, e quanta influência teve a obra de Lênin *O Estado e a Revolução*, uma obra magnífica, em que se estabelece uma relação muito íntima entre o caráter de classe do Estado e o caráter de classe da revolução. E, baseada inteiramente na teoria do Estado de Marx e Engels, Lênin mostra que todo Estado é de classe, que corresponde a uma ditadura de classe, e, no caso do capitalismo, que é a última sociedade de classes – depois do capitalismo virá a sociedade comunista – o Estado expressa a ditadura da burguesia sobre o proletariado e sobre a maioria oprimida. Essa ditadura de classe é a expressão mais acabada da forma que assume o Estado capitalista e, portanto, a revolução, obrigatoriamente, vai responder a esse caráter de Estado. Agora, a ditadura de classe da burguesia se assenta nas relações de produção, e aí está a questão essencial das relações de produção capitalista, que são constituídas na propriedade privada dos meios de produção, na forma capitalista da propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, a ditadura de classe da burguesia é uma expressão histórica dessas relações. É também uma expressão política em cada circunstância da luta de classes, que emerge no seio das relações capitalistas de produção e, assim, no domínio da burguesia sobre as relações de produção, e, portanto, sobre a classe operária. O Estado é burguês, porque se eleva como superestrutura sobre a base das relações de produção. É para exercer esse domínio que é necessário o Estado, cuja maior expressão corresponde à função histórica de ditadura de classe da minoria capitalista sobre o proletariado e a maioria oprimida.

Essa formulação sucinta serve de guia para os marxistas. É necessária para tratar do tema o Estado e a Revolução, colocada diante da particularidade do Estado brasileiro. Quero dizer que as leis gerais da história são as que determinam o caráter das relações de produção e das relações políticas no Estado, mas que se manifestam de formas particulares. Em cada país, se tem uma expressão particular da ditadura de classe da burguesia, se tem uma expressão particular do desenvolvimento das relações de produção, de como as forças produtivas se desenvolvem e em que condições se manifestam as classes sociais. Em outras palavras, como se realiza a produção, como a exploração é estabelecida e mantida. Então, essas particularidades têm muita importância para a teoria da revolução e para a constituição do programa do partido revolucionário.

A revolução implica, ao se tratar da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista, que implica destruir e transformar, inicialmente, o Estado burguês em Estado proletário, nisso se constituiria a

revolução. Está aí a importância de conhecer as leis gerais, que têm de ser tratadas nas suas particularidades. É obrigatório também considerar que particularidades do Brasil são expressões da economia mundial, pois, o capitalismo é um sistema mundial muito integrado, hoje, super integrado. O proletariado tem a tarefa, como classe que vai ser dirigente da revolução, de dar conta dessas particularidades. A solução dessa tarefa depende do partido revolucionário, que se constitui como força consciente, por elaborar o programa e a desenvolver a teoria da revolução social.

Outra questão importante é ter claro que o sistema capitalista da fase imperialista é um sistema em desintegração, é um sistema já esgotado. Não há outra possibilidade de revolução a não ser a revolução socialista, não se pode imaginar hoje revoluções burguesas, como as que ocorreram no século XIX. As revoluções burguesas cumpriram a sua função histórica, hoje só se colocam as revoluções proletárias. E isso tem grande importância também para estabelecer a relação entre Estado e Revolução. O capitalismo da fase imperialista não comporta as revoluções democrático-burguesas. O que não significa que não mais existam tarefas democráticas a serem resolvidas. No caso do Brasil, a revolução proletária somente é possível, caso expresse as necessidades reais do país de economia atrasada e semicolonial. Via de regra, as correntes de esquerda se perdem nos meados das tarefas democráticas, porque não encarnam o programa da revolução proletária. A estratégia da ditadura do proletariado é uma condição para derrubar a burguesia, e para se realizar uma transição na organização da sociedade, que vai se processar com a expropriação revolucionária da burguesia e da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Necessariamente, a revolução estabelecerá todo um período de ditadura do proletariado, que passa a depender da revolução mundial. É muito importante ter esse entendimento. Esse é um princípio básico e para a introdução da questão do Estado e da revolução.

No nosso caso, aí está a particularidade do Estado brasileiro e das tarefas da revolução proletária. O Brasil é um país capitalista de economia atrasada e semicolonial, embora tenha um grau de desenvolvimento industrial, um grau de desenvolvimento das forças produtivas muito mais elevado que outros países aqui da América Latina, como por exemplo o Peru, Bolívia, Equador etc., não deixa de ser um país semicolonial, que no seu desenvolvimento econômico e político não atingiu uma independência em relação ao domínio imperialista. Vejam que o Brasil saiu da forma colonialista pré-capitalista para a forma capitalista na condição de semicolônia do imperialismo. É o que explica a existência de tarefas democráticas que a burguesia nacional não resolveu e não mais resolverá. É o caso da revolução agrária e da liquidação da opressão burguesa sobre as massas camponesas. A própria independência nacional, que implica acabar como o controle dos ramos fundamentais da produção

pelos monopólios imperialistas, se enquadra nas tarefas democráticas, que somente a revolução proletária poderá cumprir. Constatamos que, no Brasil, por ter particularidades de uma economia semicolonial, combinam-se a produção altamente desenvolvida capitalista e as formas de produção arcaicas. É o que se vê no campo, onde se conservam relações pré-capitalistas. O que projeta a importância da questão camponesa para a revolução proletária e para a solução das tarefas democráticas.

Então, notem que esse estrutura econômica e social do Brasil vai implicar um tipo de revolução combinada, quer dizer, combinada no sentido de que o proletariado no poder terá de resolver tarefas democráticas como, por exemplo, essa, de emancipar as massas camponesas oprimidas dos latifundiários, e as nacionalidades indígenas, que quase desapareceram em meio ao processo da colonização. Expressam traços de capitalismo atrasado, a tal ponto que ainda subsistem tarefas democráticas, como a da autodeterminação das nacionalidades indígenas. Afirmamos que fazem parte da revolução proletária. E por quê? Porque a classe operária é a classe revolucionária que vai tomar o poder do Estado e estabelecer a ditadura da maioria oprimida contra a minoria opressora, que vai expropriar a burguesia, nacionalizar os meios de produção, resolver a questão da terra e, inclusive, a da autodeterminação de povos indígenas. O caráter combinado das tarefas democráticas com as tarefas socialistas, portanto, expressam a particularidade da revolução no Brasil.

O nosso programa, o programa do POR, se fundamenta nas leis gerais da revolução de nossa época, ou seja, a época do capitalismo em decomposição, que expusemos no primeiro ponto, e que, agora, no segundo ponto, nos esforçamos por demonstrar as particularidades da revolução no Brasil.

Em relação ao Estado brasileiro, notem, nunca se superou como Estado oligárquico. Temos uma democracia aqui no Brasil que não superou as formas oligárquicas, que vêm da velha República. Até hoje, se têm características de uma composição de poderes locais com o poder mais geral da burguesia nacional, que está muito entrelaçada com imperialismo. Constatamos que esse Estado oligárquico representa a forma como a burgue-

sia exerce a sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida. A democracia espelha precisamente as relações oligárquicas de poder. Para derrubar esse Estado oligárquico, a classe operária tem de ser organizada e dirigida pelo partido que se movimenta no seio da luta de classes guiado pelo programa da revolução proletária. A conquista da independência de classe do proletariado depende de se organizar como partido marxista-leninista-trotskista. Somente assim, terá como se aliar com as massas camponesas e convencer a pequena burguesia urbana oprimida de que o capitalismo não tem mais nada a oferecer, a não ser a barbárie social. No processo da luta de classes e da revolução, a classe operária se torna dirigente da maioria nacional. Este trabalho, que vem sendo realizado pelo partido, principalmente no seio do proletariado, expresso na luta cotidiana, parte das reivindicações mais elementares, para mobilizar os explorados, e assim aproximá-los do programa da revolução proletária.

O programa do POR, que caracteriza o Estado burguês de oligárquico, consiste na aplicação do Programa de Transição, que foi elaborado por Leon Trotsky para pôr em pé a Quarta Internacional. Aplicamos a concepção e os fundamentos do Programa de Transição no Brasil, que, por sua vez, sintetiza o programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, nas condições particulares da revolução proletária no Brasil.

Entendo que essa é a relação entre as leis gerais da revolução proletária e as suas particularidades no Brasil. Insistindo muito, em nossas críticas estratégicas, que as correntes de esquerda, no Brasil, que se reivindicam do marxismo, que se reivindicam do socialismo, geralmente não têm programa. Via de regra, apoiam-se em reivindicações ou fórmulas conjunturais, fazem do socialismo uma abstração, uma caricatura. Isso porque não elaboraram um programa, que materializasse a teoria marxista da revolução proletária no Brasil. Quais são as tarefas da revolução proletária no Brasil? Geralmente, as correntes se negam a traduzir em sua política do dia-a-dia a estratégia da revolução proletária e da ditadura do proletariado. Entendem, equivocada e deformadamente, que se trata de esquerdismo, e que a defesa da revolução afasta as massas. Quando, na verdade, sem a estratégia da ditadura do proletariado, a revolução proletária perde toda substância, bem como se perde toda a substância, a própria visão que se tem da natureza de classe do Estado e, no caso particular do Brasil, o seu caráter oligárquico. Para derrubar a burguesia no Brasil, vamos ter de derrubar a coligação oligárquica do capital financeiro, que está vinculada ao imperialismo, às multinacionais, que terão de ser expropriados e estatizados. O que implica a classe operária enfrentar uma classe burguesa, que sustenta uma aliança oligárquica contra a revolução e que se apoia no imperialismo.

Como se vê, são aspectos que, de maneira muito sintética, se pode dizer que, no Brasil, o fundamental da questão está em como elaborar o programa da revolução proletária, e como aplicar taticamente este programa nas condições em que o proletariado se encontra no momento muito atrasado, muito desorganizado e muito controlado pela política do reformismo, pela política da burocracia sindical, pelos obstáculos que têm atrasado o desenvolvimento organizativo e político do proletariado. Esse é um problema que temos de resolver, que expressa claramente a crise de direção revolucionária.

R\$5

Partido Operário Revolucionário
XVI Congresso
12 e 13 de fevereiro de 2022
Resoluções e Manifesto
Viva a construção do partido marxista-leninista-trotskista!

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR
MASSAS

Nesta edição:

- CERQUI: O que expressa a derrubada de Castillo?
- CERQUI: *Bolívia* - Todas as mudanças que estão ocorrendo no país são determinadas pela crise econômica.
- **Nota internacional:** Os explorados se despertam e saem em luta.
- **Lênin:** A posição do bolchevismo sobre a paz sem anexação.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Declaração do CERQUI - Peru

8 de dezembro de 2022

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

● que expressa a derrubada de Castillo?

A oposição parlamentar, golpista, arroumou um novo processo de destituição do presidente por "incapacidade moral permanente", que deveria ocorrer na quarta-feira, dia 7. Antes de se pronunciar, Castillo fechou o Congresso. Anteriormente, o Congresso havia aberto um caso por "traição à pátria", por expressar sua simpatia com a reivindicação da Bolívia pela saída ao mar. O fechamento do Congresso foi caracterizado como um golpe de Estado por parte do Congresso, pelas instituições e pela maioria dos meios de comunicação. O Congresso o destituiu, prendeu e enviou ao cárcere, onde ficará alojado com Fujimori. Será substituído por sua vice-presidente, Dina Boluarte.

Em seu último ato de impotência, Castillo anunciou que iniciaria um "governo de emergência excepcional", declarou a "reorganização" do Judiciário e do Ministério Público Nacional, e convocou uma Assembleia Constituinte, a ser realizada em nove meses. Até que se instalasse a Assembleia Constituinte, disse que governaria por decretos-lei. E decretou toque de recolher. Em seu discurso, acusou a direita de pretender instalar uma ditadura parlamentar. Diante desse ato desesperado, seus ministros renunciaram e o deixaram sozinho.

Foi apenas um ano e meio de governo do professor rural e sindicalista Pedro Castillo, que encabeçou a longa greve do magistério em 2017. De origem camponesa e andina, foi candidato pelo Peru Libre (PL).

O presente golpe demonstra a inviabilidade da democracia burguesa nas semicolônias. Todos os governos devem se submeter aos ditames do grande capital e do imperialismo. Esta é a base da instabilidade política das últimas décadas.

A agudização da crise econômica mundial vem acelerando o desgaste político de todos os governos burgueses latino-americanos que, independentemente de sua filiação política, se mostram incapazes de impedir que suas desastrosas consequências recaiam sobre os explorados. As

contribuindo para a ilusão de que poderia trazer alguma transformação, inclusive a esquerda centrista, que chamou o voto "crítico", no segundo turno.

Castillo prometeu uma "mudança do modelo econômico neoliberal" e a "reivindicação dos setores marginalizados". E a convocação de uma Assembleia Constituinte para mudar a Constituição neoliberal, herdada da ditadura de Fujimori (a exemplo da ilusão de mudar a Constituição de Pinochet no Chile, por meio de uma Assembleia Constituinte).

Castillo abandonou todas as promessas de transformação social na esperança de poder co-governar com o Congresso, com a direita. Assim, gerou uma forte desilusão em seus seguidores, dos quais foi se isolando aos poucos.

massas perdem a confiança, se esgotam rapidamente as ilusões depositadas na véspera, e, irremediavelmente, acabam chocando-se com os recém-eleitos governos, serviçais da burguesia e do capital financeiro imperialista.

Trata-se do fracasso da ilusão de um movimento e de um partido que reivindicava o "Socialismo do Século XXI". Os oprimidos se identificaram com ele, vendo-o como um deles chegando à presidência pela primeira vez. Somaram-se a uma frente com outros setores denominados de esquerda, e que se rompeu em poucos meses, além disso, Castillo foi excluído do PL. Numerosos setores da esquerda em todo o continente apoiaram o novo governo,

Somente o POR e sua internacional, o CERQUI, advertiram sem ambiguidades que estaríamos diante de um novo governo burguês, não dos oprimidos. Em junho de 2021, dizíamos: "Castillo iniciou sua campanha com um discurso radicalizado: propôs abolir o Tribunal Constitucional, aprovar uma nova lei de comunicações, nacionalizar a indústria de petróleo e gás, aumentar os salários e promover uma reforma agrária radical e definitiva". Assim forjou sua ascendência eleitoral entre os oprimidos. Isso permitiu que, no primeiro turno, se posicionasse como o candidato mais votado. Na campanha do segundo turno ... adotou um discurso francamente conciliador. Sinalizou para a burguesia e

para o imperialismo que, de fato, não tinha intenção de fazer um governo estatista. Porém, não abandonou a retórica reformista, que lhe deu ascendência eleitoral entre as massas. Para realizar uma política anti-imperialista, é necessário tomar o poder através de uma revolução social, dirigida pela classe operária, que acabe com o poder das multinacionais e dos grandes capitalistas locais” (Peru, um novo governo burguês: os oprimidos devem lutar por seu próprio governo, operário e camponês- POR-Brasil, Massas nº639).

Não há formas pacíficas, eleitorais, constitucionais de transformar a sociedade, de colocar todos os recursos da economia a serviço da maioria oprimida. Castillo abandonou todas as promessas de transformação social na esperança de poder co-governar com o Congresso, com a direita. Assim, gerou uma forte desilusão em seus seguidores, dos quais se foi isolando aos poucos.

Houve quatro tentativas da direita parlamentar de retirá-lo da presidência, com as justificativas de corrupção e incapacidade, de questionar seus ministros por seus antecedentes políticos. No início, a direita tentou ignorar seu triunfo eleitoral para o impedir de assumir o cargo. Desde o primeiro momento, a direita trabalhou para derrubar seu governo.

Desde o início de seu governo, denunciemos sua submissão à direita: “O certo é que a renúncia de Castillo em defender os seus ministros e não sufocar a ofensiva da reação burguesa e latifundiária acabou por fortalecê-la. A direita pretende tornar seu governo refém do Parlamento, e rapidamente voltá-lo contra as massas, lançando mão do controle da burguesia e dos latifundiários sobre a economia nacional... O governo recém-eleito se manteve refém do Congresso oligárquico, antes mesmo de dar seus primeiros passos. Está fadado a se chocar com as necessidades elementares da maioria oprimida” (POR Brasil, Massas nº646).

É mentira que o Congresso é uma instituição democrática. É um ninho de golpistas, totalmente desacreditado. É uma das instituições da ditadura do capital. O fato de Castillo ter decidido fechá-lo não muda seu caráter.

Dina Boluarte, expulsa há poucos meses do Peru Libre (PL), poderá governar? Fez uma convocação de uma “ampla unidade de todos os peruanos”. Diz: “Cabe a nós conversar, dialogar, chegar a um acordo, algo tão simples quanto impraticável nos últimos meses”. “Convoco um amplo processo de diálogo entre todas as forças políticas representadas ou não no Congresso.” “Solicito uma trégua políti-

ca para instalar um governo de unidade nacional.” Não é possível governar para todos, ou se governa para a minoria que possui os meios de produção e os bancos, ou se governa para a maioria. Os interesses são antagônicos. Como não está disposta a convocar a mobilização das massas contra o grande capital, só sobreviverá se se submeter completamente às imposições da direita.

A principal lição que devemos tirar é que mesmo o mais limitado dos programas democráticos só pode ser imposto por meios revolucionários, com a classe operária à frente, nunca por meios eleitorais sem tocar na propriedade, que é a base material do poder da classe dominante.

Não se pode descartar que, diante desse fracasso, apareçam os “novos políticos” com discursos de extrema direita, para capitalizar o descontentamento popular com todos os partidos. Os oprimidos não têm alternativa, senão trabalhar por sua própria solução política, por seu próprio governo, que será operário-camponês, que expropriará os grandes meios de produção, e se apoiará nos seus organismos diretos de representação. Para isso, deverão construir sua direção revolucionária, fazendo um duro balanço desses acontecimentos e de todas as experiências vividas.

BOLÍVIA

Todas as mudanças que estão ocorrendo no país são determinadas pela crise econômica

Vivemos um período de rápidas e profundas mudanças na realidade social, política e econômica que, por vezes, parecem surgir de forma precipitada, para mentes acostumadas a ver os fenômenos como se estivessem isolados uns dos outros, quando agem de forma dialética, condicionando-se mutuamente. Nesse sentido, a greve de Santa Cruz, dirigida pela ultradireita, as contradições internas que foram geradas dentro dela, e os erros grosseiros do governo contra esse movimento; o fato de o país não se ter dividido em torno do censo, causando a derrota do confronto de lideranças entre o governo e a ultradireita de Santa Cruz; o levante de amplas camadas das massas autônomas, desesperadas para solucionar ou encontrar respostas concretas para o agravamento de suas lamentáveis condições de existência; a perseguição política contra os dirigentes e organizações sindicais revolucionárias, etc., esses acontecimentos se dão em um cenário comum, que é a aceleração da crise econômica.

O governo enfrenta a grave deterioração da economia. A receita das exportações de gás está caindo, devido ao esgotamento das reservas, e em função das consequências da recessão mundial. As exportações dos poucos produtos, como soja, carne e ouro, que se

explora sem controle, etc., não são relevantes como renda para o TGN, apenas favorecem empresas e cooperativas, que pouco contribuem para o Estado boliviano. Por outro lado, as despesas do Estado, ou permanecem inalteradas, ou aumentam dia a dia, como consequência, o hiato do déficit fiscal aumenta. Não há sinais de que esse déficit possa ser superado com o aumento da produção, porque o país também vive uma recessão econômica. A possibilidade de crédito internacional está cada vez mais reduzida, e resta apenas o pouco que sobra das reservas do BCB, e a possibilidade de utilização dos recursos dos fundos de capitalização individual e dos seguros de curto prazo.

No Orçamento Geral do Estado para o próximo ano, o governo reduziu o investimento público em todas as áreas da economia, e a única rubrica que aumentou foi a despesa com salários e vencimentos, de modo a manter a monstruosa burocracia estatal inútil, provocando o agravamento do déficit fiscal. Em meio à imparável crise interna do MAS, Arce sabe que a redução de salários e do número de funcionários públicos provocará um tsunami político, que poderá comprometer a possibilidade de continuar governando.

O governo tenta reduzir o déficit fiscal à custa de maior sacrifício do povo, que já está à beira do sufoco econômico, por meio do aumento de impostos, da tentativa de reduzir os subsídios à gasolina e ao diesel, entregar recursos naturais, como lítio, ao controle das multinacionais o mais rápido possível e em condições leoninas. Mas, como governo burguês que é, é inevitável que no final tenha de aplicar as medidas que todo o bando de economistas burgueses está exigindo: aumentar o preço do combustível, aplicar uma dura flexibilização trabalhista nos setores produtivos e de serviços, reduzir os orçamentos da educação e da saúde, como já está sendo aplicado, etc., ou seja, medidas que serão respondidas pelo povo nas ruas.

Dessa realidade econômica, deriva a incapacidade do governo de atender às necessidades de serviços fundamentais, como educação e saúde, dos múltiplos problemas sociais, como os salários miseráveis de grande parte dos trabalhadores, que dependem de um patrão, do desastre da seguridade pública, de longo e curto prazo.

OS EXPLORADOS DESPERTAM E SAEM EM LUTA

A crise econômica, agravada pela longa guerra na Ucrânia, tem trazido duras consequências para as massas trabalhadoras. O crescimento da inflação nos Estados Unidos, nos países europeus e nas nações semicolônias, o aumento generalizado do custo de vida, a queda do poder de compra dos salários, a precarização de serviços públicos (saúde e educação), e as medidas antipopulares tomadas pelos governantes, estão na base da retomada das greves e manifestações em vários países.

No mês de novembro, grandes paralisações ocorreram na Bélgica, França, Reino Unido e Grécia. Na França, houve a greve nacional convocada pela Confederação Nacional do Trabalho (CGT), exigindo a elevação do salário, e sua correção de acordo com a inflação. Os sindicatos de ferroviários da Bélgica estiveram à frente das paralisações, que culminaram em greves de outros setores, contra a queda do poder aquisitivo dos salários. Na Grécia, os protestos contra o aumento dos preços dos produtos básicos ganharam as ruas da capital, paralisando os serviços de ônibus, bondes, metrô, trens e táxis. Na Inglaterra, vários setores paralisaram suas atividades contra as medidas do novo primeiro ministro. O crescimento da inflação e a consequente perda de valor dos salários, apesar do baixo índice de desemprego, têm aumentado a miséria, e provocado reações de trabalhadores também nos Estados Unidos.

Nesses primeiros dez dias de dezembro, novos protestos e greves vêm ocorrendo. No Reino Unido, o sindicato dos enfermeiros convocou uma greve de dois dias, 15 e 20 de dezembro,

O governo pretende apressadamente antecipar a convulsão social, estrangulando os sindicatos independentes e prendendo seus dirigentes, intensificando a perseguição política e estimulando o surgimento de tendências fascistoídes dentro dele, colocando os juizes e o aparato repressivo do Estado em ação para perseguir e espancar os descontentes.

O crescimento da agitação social tem impacto direto na crise interna do MAS e no esgotamento político da velha direita. As massas, diante do colapso da politicagem burguesa, não conseguem dar o salto em sua consciência, jogando fora o ultrapassado Estado burguês e seus mecanismos de funcionamento, como a impostura da democracia representativa, o parlamentarismo, o eleitoralismo e o legalismo, devido à ausência do proletariado erigindo suas próprias bandeiras revolucionárias.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2.727,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

exigindo melhores salários, e denunciando a crise na saúde pública. O sindicato dos funcionários públicos PCS, que lidera uma série de ações em diferentes áreas da administração pública, anunciou que os trabalhadores rodoviários “participarão de 12 dias de greve nas estradas inglesas, entre 16 de dezembro e 7 de janeiro”. Os seguranças do trem Eurostar, que liga Londres ao continente europeu, também convocaram vários dias de greve. A greve de dois dias, 8 e 9 de dezembro, da companhia de aviação TAP atingirá vários destinos da Europa, ilhas do Atlântico e Brasil. Trabalhadores dos depósitos da Amazon, em países europeus e Estados Unidos, continuam com as manifestações em defesa da recuperação salarial e melhores condições de trabalho.

Os protestos de milhares de pessoas no Irã, que se iniciou em função do assassinato da jovem Mahsa Amini pela polícia, têm na sua base as razões econômicas – o alto custo de vida, o desemprego da juventude, e a queda do poder aquisitivo dos salários.

Como se vê, a classe operária começa a se movimentar com seus próprios métodos, e impulsiona setores da classe média, em particular o funcionalismo público. As greves e manifestações mostram, assim, o caminho para enfrentar a crise econômica, bem como para defender as condições de vida da maioria explorada. Ao mesmo tempo, ressalta a importância de construir as direções classistas e de luta, recuperando os sindicatos e os organismos dos trabalhadores para a luta de classes, para combater o sistema capitalista em desagregação.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

A POSIÇÃO DO BOLCHEVISMO SOBRE A PAZ SEM ANEXAÇÃO

No jornal *Massas* anterior, publicamos o *Informe e o Decreto sobre a Paz*, de 26 de outubro de 1917. O objetivo foi o de compreender o que se passa na guerra da Ucrânia. A questão da paz sem anexação comparece objetivamente no conflito, na medida em que o imperialismo busca anexar a Ucrânia, como meio de ampliar e fortalecer o cerco econômico e militar à Rússia. E, por sua vez, sob a intervenção das forças russas na Ucrânia, se colocou a anexação de Donbass. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) afirma que só o proletariado unido e em luta pode impor ao imperialis-

mo uma paz sem anexação. O que exigiria da Rússia o respeito à autodeterminação e à unidade territorial da Ucrânia.

Como se vê, a defesa proletária do fim da guerra corresponde a aplicação da bandeira de paz sem anexação, levantada pelo bolchevismo, e aplicada pelo recém-criado governo operário e camponês na Revolução de Outubro 1917. Bastaria o Decreto de Paz sem anexação de 26 de outubro de 1917 para ajudar a compreender as novas condições de guerra promovidas pela ofensiva dos Estados Unidos, aliados europeus e OTAN, e respondida pela Rússia com a invasão militar na Ucrânia.

Os extratos que publicamos abaixo possibilitam ampliar e aprofundar o entendimento do significado e do conteúdo de classe da bandeira de paz sem anexação, que somente pode ser aplicada pelo proletariado em sua luta pela derrocada do capitalismo. Uma das primeiras formulações do bolchevismo, sob a condução de Lênin, comparecem em fevereiro de 1916, e orientam o caminho da transformação da guerra imperialista em guerra civil, e permitem ao II Congresso de Toda a Rússia dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados, realizado entre 25 e 26 de outubro de 1917, aprovar o Decreto de Paz sem Anexação.

Os extratos abaixo correspondem à Primeira Variante da Proposição do CC do POSDR e à Proposição do Comitê Central do POSDR à Segunda Conferência Socialista, de fins de fevereiro e início de março de 1916. Trata-se de um esboço preparado e apresentado por Lênin ao Comitê Central, que seria aprovado na forma de teses, em resposta à Segunda Conferência Socialista, convocada pela Comissão Socialista Internacional. As teses sobre a paz sem anexação foram enviadas às seções bolcheviques no exterior e aos internacionalistas de esquerda, de países como França, Suécia e Inglaterra. A Proposição foi discutida nas reuniões da esquerda nos marcos da Conferência de Kienthal. Selecionamos a tese de número 10 da Primeira Variante de Proposição, porque consta de uma definição de anexação, que não pode ser confundida com abolição de fronteira entre as nações. E as teses número 5 e 6 da Proposição, onde Lênin denuncia a posição hipócrita dos pseudo-socialistas quanto à paz sem anexação. Reproduz a distinção entre anexação e eliminação das fronteiras nacionais. A anexação se caracteriza quando a incorporação de um território se impõe violando a autodeterminação da nação oprimida. É importante compreender a relação entre anexação e autodeterminação. Na tese 6, Lênin expõe o caráter de classe da defesa da paz sem anexação e sua ligação com a guerra civil voltada à conquista do poder pelo proletariado.

Primeira Variante da Proposição do CC do POSDR

“10. Uma característica da hipocrisia atual em relação ao “programa de paz” é o suposto reconhecimento unânime da luta contra as antigas e novas anexações. Mas a maioria dos que falam das anexações e da luta contra elas não sabem o que são as anexações ou geralmente nem querem pensar nelas. Está claro que não se pode denominar anexação toda incorporação de um território “alheio”, porque, em geral, os socialistas sentem simpatia pela abolição das fronteiras entre as nações, fechamento e união das nações, a formação de Estados mais vastos. Está claro que não se pode considerar anexação qualquer violação do status

quo: essa forma de pensar seria ao extremo reacionária e burlaria os conceitos fundamentais da ciência histórica. Está claro que não se pode considerar anexação toda incorporação coercitiva e militar de um território, porque os socialistas não podem objetar a violência se esta é utilizada em benefício das massas populares e do progresso humano. Está claro que somente pode e deve considerar-se anexação a incorporação de um território contra a vontade de seus habitantes. Em outras palavras, o conceito de anexação está estritamente vinculado ao conceito de autodeterminação das nações.”

Proposição do Comitê Central do POSDR à Segunda Conferência Socialista

“5. O mais importante dos “problemas da paz” na atualidade é o das anexações. E justamente é nesse problema onde se torna mais evidente a hipocrisia socialista, tão generalizada hoje, e também as tarefas da propaganda e agitação realmente socialistas.

É necessário explicar o que é uma anexação, e por que e como devem lutar os socialistas contra as anexações. Não se deve considerar como anexação toda incorporação de território “alheio”, pois, os socialistas, em termos gerais, estão a favor da eliminação de fronteiras entre as nações e da formação de Estados maiores, nem toda violação do status quo que se pode considerar como

uma anexação, pois seria arquireacionário e uma burla dos conceitos básicos da ciência histórica; nem pode chamar-se anexação qualquer incorporação de território por meios militares, pois os socialistas não podem repudiar a violência e as guerras em benefício da maioria da população. Deve-se considerar anexação somente a incorporação de um território contra a vontade de sua população: em outras palavras, o conceito de anexação está indissolavelmente vinculado ao conceito de autodeterminação de uma nação”.

“6. (...) qualquer ‘programa de paz’ é um engano ao povo e hi-

pocrisia, se não se baseia, em primeiro lugar, em explicar às massas a necessidade de uma revolução e o apoio, ajuda e desenvolvimento da luta revolucionária de massas que se inicia em todos os lugares. (...) É dever dos socialistas apoiar, ampliar e intensificar todo movimento popular pelo fim da guerra. Mas, na realidade,

somente cumprem esse dever os socialistas que, como Liebknecht, em seus discursos parlamentares, exortam os soldados a depor as armas, e defendem a revolução e a transformação da guerra imperialista em uma guerra civil pelo socialismo”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, páginas 276, 287 e 288

Os extratos do livro “O Imperialismo, a etapa superior do capitalismo”, de 1916, trazem a definição de imperialismo, fundamental para compreender a partilha do mundo e uma de suas características fundamentais, que é a política de dominação dos monopólios e do capital financeiro por meio das anexações.

O imperialismo, etapa superior do capitalismo

“Se for necessário dar a mais breve definição possível do imperialismo, deveríamos dizer que o imperialismo é a etapa monopolista do capitalismo. Essa definição incluiria o mais importante, pois, de um lado, o capital financeiro é o capital bancário de uns poucos bancos monopolistas, fundidos com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição de uma política colonial, que se estendeu sem obstáculos aos territórios dos que não havia apoderado nenhuma potência capitalista, a uma política colonial de dominação monopolista do mundo, já inteiramente partilhado.”

(...)

“O traço característico do imperialismo é, precisamente, que tende à anexação, não somente de regiões agrárias, mas também

de regiões altamente industrializadas (o apetite alemão em relação à Bélgica, o apetite francês em relação à Lorena), porque, o fato de que o mundo estava repartido, obriga aqueles que aspiram a um redistribuição alargar a mão para toda espécie de território, e um traço essencial do imperialismo é a rivalidade entre várias grandes potências na luta pela hegemonia, isto é, pela conquista de territórios, não tanto diretamente para si, como para debilitar o adversário e debilitar sua hegemonias (Bélgica tem especial importância para Alemanha, como base de operações contra a Inglaterra; Inglaterra necessita de Bagdá como base de operações contra Alemanha, etc.)”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, páginas 387, 388 e 390

Os extratos abaixo são do Folheto “Balanço de uma Discussão sobre o Direito das Nações à Autodeterminação”, julho de 1916. O primeiro extrato estabelece uma definição mais acabada sobre anexação, mostra que os marxistas se opõem às anexações, não porque se realizam pela força, mas sim porque viola a autodeterminação da nação oprimida. Lênin evidencia a relação intrínseca entre o direito à autodeterminação e o desmembramento de uma nação por meio da anexação. O segundo, trata do problema da opressão nacional. A luta contra as anexações corresponde ao programa proletário de combate a toda forma de opressão nacional. O terceiro, indica a relação entre a unidade da classe operária e a luta revolucionária pela autodeterminação da nação oprimida e contra as anexações.

Balanço de uma Discussão sobre o Direito das Nações à Autodeterminação

“(…) O conceito de anexação habitualmente inclui: 1) o conceito de força (incorporação pela força); 2) o conceito de opressão por outra nação (incorporação de uma nação “alheia” etc.) e, às vezes; 3) o conceito de violação do status quo. Temos assinalado tudo isso nas teses e não foi criticado.

Agora bem, podem os socialdemocratas opor-se ao uso da força em geral? Claro que não. Portanto, não nos opomos às anexações porque configuram força, mas por alguma outra razão. Tampouco podem os socialdemocratas defender o status quo. Por muitas vezes que se deem, a única conclusão possível é a seguinte: uma anexação é a violação da autodeterminação de uma nação, é o estabelecimento das fronteiras de um Estado contra a vontade da população.

Opor-se às anexações significa estar a favor do direito à auto-

determinação”.

(...)

“ 5. Por que a socialdemocracia se opõe às anexações?

Do nosso ponto de vista, a resposta é clara: porque a anexação viola a autodeterminação das nações, ou, dito de outro modo, porque é uma das formas de opressão nacional”.

(...)

“Nós afirmamos: para que estejamos em condições de realizar a revolução socialista e derrotar a burguesia, os operários devem unir-se estreitamente, e, para alcançar essa estreita união, contribui a luta pelo direito das nações à autodeterminação, isto é, contra as anexações”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXIII, páginas 449, 455 e 457

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Os extratos abaixo são do folheto “Uma caricatura do marxismo e do economicismo imperialista”, de agosto-outubro de 1916. O primeiro extrato diferencia a guerra de dominação imperialista da guerra de libertação nacional. O segundo, expõe o vínculo programático entre a luta pela libertação nacional e a autodeterminação, o que implica opor-se às anexações. O terceiro, diz respeito ao vínculo entre a política interior e exterior. Não se pode separá-la ou contrapô-la. O quarto, trata da anexação econômica e da anexação política. É importante essa constatação porque, via de regra, o imperialismo realiza a anexação econômica, mantendo formalmente a independência política da nação oprimida. O quinto expõe o condicionamento entre o direito à autodeterminação ao direito de separação.

Uma caricatura do marxismo e do economicismo imperialista

“Então, como descobrir e definir “a essência” de uma guerra? A guerra é a continuação da política. Em consequência, devemos examinar a política da pré-guerra, a política que conduz à guerra e a provocou. Se era uma política imperialista, isto é, que defendia os interesses do capital financeiro, e saqueava e oprimia as colônias e os países estrangeiros, então, a guerra que surge dessa política é imperialista. Se era uma política de libertação nacional, isto é, se era a expressão do movimento de massas contra a opressão nacional, então, a guerra que surge dessa política é uma guerra de libertação nacional.

A autodeterminação das nações é o mesmo que a luta pela completa libertação nacional, pela plena independência, contra as anexações, e os socialistas não podem – sem deixar de ser socialistas – rechaçar tal luta, em qualquer de suas formas, inclusive até chegar à insurreição ou a guerra”.

A autodeterminação das nações é o mesmo que a luta pela completa libertação nacional, pela plena independência, contra as anexações, e os socialistas *não podem* – sem deixar de ser socialistas – rechaçar tal luta, em qualquer de suas formas, inclusive até chegar à insurreição ou a guerra”.

(...)

“É fundamentalmente errôneo, antimarxista e anticientífico separar “a política exterior” da política em geral, nem sequer falar de opor a política exterior da do interior. Tanto em política exterior como interior, o imperialismo tende para a violação da democracia, para a reação. Nesse sentido, o imperialismo é, indiscutivelmente, a “negação” da democracia em geral, de toda a democracia e não somente de uma de suas reivindicações, a autodeterminação das nações”.

(...)

“O grande capital financeiro de um país pode sempre se impor diante de seus competidores de outro país, politicamente inde-

pendente, e constantemente o faz. Isso é completamente realizável desde o ponto de vista econômico. A “anexação” econômica é plenamente “realizável” sem a anexação política e tem lugar frequentemente. Na literatura sobre o imperialismo se encontram, a cada passo, informações de que a Argentina, por exemplo, é na realidade uma “colônia comercial” da Inglaterra, ou que Portugal é na realidade um “vassalo” da Inglaterra, etc. E na realidade é assim: a dependência econômica a respeito dos bancos ingleses, das dívidas com a Inglaterra, a aquisição, por parte da Inglaterra, de suas ferrovias, minas, terras etc., tudo isso permite à Inglaterra “anexar” esses países economicamente, sem violar sua independência política.

A autodeterminação das nações significa independência política. O imperialismo trata de violar tal independência porque a anexação política torna frequentemente mais fácil a anexação econômica, mais barata (é mais fácil subornar os funcionários, assegurar as concessões, implantar uma legislação vantajosa, etc.), mais conveniente, menos odiosa, de igual modo, o imperialismo trata de substituir a democracia em geral pela oligarquia. Mas falar do caráter economicamente inalcançável da autodeterminação sob o imperialismo é completamente absurdo”.

(...)

“Nós exigimos de nossos governos que abandonem as colônias, ou – para expressarmos em termos políticos exatos, e não com manifestação de agitação – que outorguem às colônias plena liberdade de separação, direito real à autodeterminação; e nós mesmos estamos seguros de pôr em prática esse direito, e outorgar essa liberdade assim que conquistemos o poder. Exigimos dos governos atuais, e o faremos quando seremos governo, não para “recomendar” a separação, mas, ao contrário, para facilitar e acelerar a união e a fusão democrática das nações”.

(...)

“Se exigimos a liberdade de separação para os mongóis, persas, egípcios e para todas as sanções oprimidas e atropeladas sem exceção, não o fazemos porque estamos por sua separação. Mas somente porque estamos pela união e a fusão livre e voluntária, e não pela união coercitiva. Essa é a única razão”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXIV, páginas, 33, 35, 44, 45 e 70



R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

Lênin estrategista da revolução proletária
Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.



Novo
Coleção
Editorial

O extrato abaixo é do artigo “A guerra e o governo provisório”, 13 de abril de 1917. Lênin desmascara a farsa do governo provisório, que se constituiu na revolução de fevereiro, que em palavras se colocava pela renúncia das anexações. O sentido do desmascaramento do governo Miliukov tem o objetivo de mostrar que somente o proletariado pode e deve lutar consequentemente contra as anexações.

“A guerra e o governo provisório”

“Certo estadista, Bismarck, se não nos equivocamos, disse uma vez que, em linguagem diplomática, aceitar ‘em princípio’ significa rechaçar de fato. Assim, faz Miliukov. ‘Em princípio’, ele

está contra as anexações, de fato, está pelas anexações. Por isso, é partidário da guerra ‘até o fim’”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXV, pág. 33

O extrato abaixo se encontra no conjunto de formulações destinado à Conferência do POSDR (b) da cidade de Petrogrado. O Projeto de Resolução sobre a guerra comparece como ponto 9, abril de 1917. O primeiro extrato retoma a denúncia do palavreado do governo burguês sobre a renúncia às anexações. Lênin demonstra que tal governo não pode se colocar de fato contra as anexações porque está vinculado ao capital financeiro. O segundo, reforça o caráter de classe das guerras de dominação e estabelece o conteúdo proletário da luta contra tais guerras. O terceiro, refere-se à exigência de se colocar pelo fim da guerra de dominação e pela paz sem anexação. Somente assim, no caso de negação por parte do imperialismo, os explorados se disporão a iniciar uma guerra revolucionária.

Conferência do POSDR (b) da cidade de Petrogrado

“Tampouco merece confiança alguma a promessa deste governo de renunciar às anexações, isto é, a conquista de países estrangeiros ou a retenção pela força de qualquer nacionalidade dentro das fronteiras da Rússia”.

(...)

“Nosso partido fará ver ao povo, paciente e tenazmente, a verdade de que as guerras são defendidas pelos governos, de que as guerras estão sempre indissolúvelmente ligadas à política de determinadas classes, e de que, portanto, esta guerra iniciada pelos bandidos coroados, por monarcas como Nicolau II, e pelos bandidos não coroados – os capitalistas, pode acabar-se com uma paz verdadeiramente democrática, não imposta, somente quando todo o poder do Estado passe para uma classe realmente não interessada em defender os benefícios dos capitalistas, para a classe dos proletários e semiproletários, realmente capaz de pôr fim à opressão do capital.

Somente esta classe é capaz de renunciar efetivamente às anexações, libertar-se da rede do capital financeiro e bancário, de transformar, sob determinadas circunstâncias, não só em pala-

bras, mas de fato, esta guerra de rapina em uma guerra revolucionário-proletária, em uma guerra que se faça, não para esmagar os povos débeis, mas sim para libertar os operários e os camponeses do mundo inteiro do jugo do capital”.

(...)

“Os camaradas acima mencionados, como redatores do órgão central de nosso partido, e em nome do partido, declararam que (Sotsial-Demokrat, nº 37, Genebra, 13 de outubro de 1915) se a revolução colocasse nosso partido no poder durante a guerra, proporíamos imediata e abertamente à Alemanha e a todos os outros povos uma paz não imposta, isto é, democrática. E que, no caso de que os capitalistas alemães, ingleses, franceses, etc., rechassem essa paz, nós mesmos iniciariamos uma guerra revolucionária, chamando para nosso lado os operários de todos os países”.

Nota do tradutor – a menção a “dois camaradas acima” refere-se ao próprio Lênin e Zinoviev que redigiram o folheto “O Socialismo e Guerra”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXV, páginas 88, 92 e 93

Os extratos abaixo são da “Sétima Conferência (de abril) de toda a Rússia do POSDR(b)”, de 24-29 de abril de 1917. As várias passagens podem ser tratadas de conjunto. O fundamental está no último extrato, em que Lênin diferencia uma guerra revolucionária de uma guerra capitalista. O problema está em como fazer com que as massas entendam a diferença e marchem em direção à tomada do poder e constituição de um governo proletário. Uma das exigências práticas é a de desmascarar as posições burguesas que em palavras se colocam pela renúncia às anexações. Nota-se como Lênin repete e enfatiza que só o proletariado pode lutar pelo fim da guerra de dominação, e o faz sob o programa da revolução proletária.

Sétima Conferência (de abril) de toda a Rússia do POSDR(b)

“A guerra atual é, por parte de ambos grupos de potências beligerantes, uma guerra imperialista, isto é, uma guerra que os capitalistas travam pelo domínio do mundo, pela partilha do bota capitalista, pela conquista dos mercados mais vantajosos para o capital financeiro e bancário, e pela *submissão* das nacionalidades mais débeis”.

(...)

“Tampouco merece confiança alguma a promessa deste governo de renunciar às anexações, isto é, à conquista de países estrangeiros ou à retenção pela força de qualquer nacionalidade dentro das fronteiras da Rússia”.

(...)

“Quando dizemos que é necessário renunciar às anexações e indenizações, devemos explicar como fazer isto; e se se nos per-

gunta quem pode fazer, nossa resposta será que este passo, por sua essência, é revolucionário, é um passo que somente poder dar-lhe o proletariado revolucionário”.

(...)

“Nós somos partidários da guerra civil, mas somente da guerra civil levada por uma classe politicamente consciente. Pode derrotar-se quem o povo considera como opressor. Mas, na atualidade, não há nenhum opressor na Rússia, pois, os canhões e os fuzis estão em mãos dos soldados, e não em mãos dos capitalistas; os capitalistas obtêm agora o que querem, não pela força, mas pelo engano, e gritar agora sobre a violência não tem sentido. Deve ser capaz de afirmar o ponto de vista do marxismo, o qual diz que esta transformação da guerra imperialista em guerra civil deve basear-se em condições objetivas, e não em condições subjetivas”.

(...)

“O terceiro ponto se refere ao problema de como acabar com a guerra. A posição dos marxistas é bem conhecida, mas a dificul-

dade está em como fazê-la compreensível para as massas na forma mais clara possível. Nós não somos pacifistas e não podemos repudiar uma guerra revolucionária. Em que se diferencia uma guerra revolucionária de uma guerra capitalista? A diferença é, antes de tudo, uma diferença de classe: qual das classes está interessada na guerra? Que política persegue nessa guerra a classe interessada?... Quando falamos às massas, devemos dar respostas concretas a suas perguntas. A primeira pergunta é: como distinguir uma guerra revolucionária de uma guerra capitalista? O homem comum não compreende a diferença, não entende que é um problema de diferentes classes. Não devemos limitar-nos somente à teoria, devemos demonstrar praticamente, que somente levaremos uma guerra verdadeiramente revolucionária quando o proletariado estiver no poder. Parece-me que, apresentando a questão dessa maneira, damos a resposta mais clara possível ao problema de que guerra é essa e quem a conduz”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXV, páginas, 177, 178, 180 e 181

Os extratos abaixo correspondem ao ponto 9, Discurso em favor da Resolução sobre a guerra, proferido por Lênin na Sétima Conferência (de abril) de toda a Rússia do POSDR(b), 24-29 de abril de 1917. O exemplo da Curlândia ajuda a compreender perfeitamente a questão da opressão nacional e da luta proletária pela paz sem anexação. Nas condições em que se coloca a luta proletária pela paz sem anexação, renunciar a essa tarefa significa deixar de combater pelo seu fim.

Discurso em favor da Resolução sobre a guerra

“Achamos necessário mencionar isso porque o problema de uma paz sem anexações é o problema básico de todas essas discussões em torno às condições de paz. Todos os partidos reconhecem que a paz será a alternativa, e que a paz com anexações será uma catástrofe extraordinária para todos os países. Diante do povo, em um país que impera a liberdade política, o problema da paz não pode colocar-se senão como uma paz sem anexações. Por isso, é necessário manifestar-se pela paz sem anexação, e, caso contrário, o que resta a fazer é mentir, ocultando o significado das anexações, ou escamoteando todo o problema. (...) Por acaso reconquistar a Curlândia significa apoiar as anexações?

Eu tive de responder afirmativamente. Nós nos opomos que a Alemanha anexe a Curlândia pela força, mas nos opomos também que a Rússia retenha pela força a Curlândia”.

(...)

“Não renunciar às anexações equivale justificar as guerras intermináveis pela conquista das nacionalidades débeis. Renunciar às anexações equivale deixar que cada nação determine livremente se quer viver separadamente ou junto com outras. Naturalmente que, para isso, deverão retirar-se as tropas. Manifestar a mais insignificante vacilação no problema das anexações equivale justificar as guerras intermináveis. Depreende-se disso que não

podíamos permitir nesse ponto nenhuma vacilação. Quanto às anexações, nossa resposta é: livre decisão dos povos. Como podemos assegurar que esta liberdade política seja também uma liberdade econômica? Para conquistar isso, o poder deve passar para as mãos do proletariado, e deve derubar o jugo do capital”.

Obras Completas, Lênin, tomo XXV, páginas 215 e 216

(Observação: O Decreto sobre a Paz, publicado no jornal Massas anterior, se encontra no tomo XXVII e não no XXII, como informamos equivocadamente)

